



UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCSA – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CÁSSIO VINICIUS CARVALHO DE SOUSA

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR: Parque da Lagoa Solon de Lucena

JOÃO PESSOA

2021

CÁSSIO VINÍCIUS CARVALHO DE SOUSA

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR: Parque da Lagoa Solon de Lucena

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro

JOÃO PESSOA

2021

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725i Sousa, Cássio Vinicius Carvalho de.
Informação, memória e lugar : Parque da Lagoa Solon de
Lucena / Cássio Vinicius Carvalho de Sousa. - João
Pessoa, 2021.
67 f. : il.

Orientação: José Mauro Matheus Loureiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Parque da Lagoa. 2. Patrimônio cultural. 3.
Informação - lugar. 4. Cenários memorialísticos. 5.
Cenários patrimoniais. I. Loureiro, José Mauro Matheus.
II. Título.

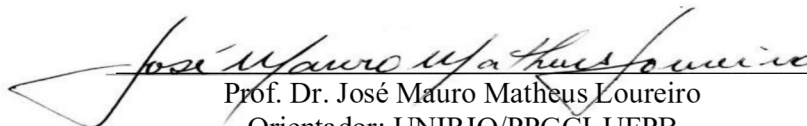
UFPB/BC

CDU 71(043)

CÁSSIO VINICIUS CARVALHO DE SOUSA

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR: Parque da Lagoa Solon de Lucena

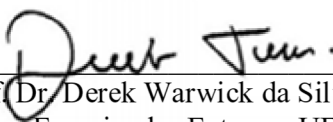
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
Orientador: UNIRIO/PPGCI-UFPB



Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Examinador Interno: PPGCI-UFPB



Prof. Dr. Derek Warwick da Silva Tavares
Examinador Externo: UFBA

JOÃO PESSOA

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por capacitar o corpo, alma e espírito para enfrentar mais esse desafio e caminhar segundo os propósitos dele em minha vida.

A minha família, pelo apoio e compreensão nos momentos de tribulações e por contribuir com a construção do meu caráter.

A minha esposa Nathalia, pelo incentivo e pelas palavras edificadoras e de encorajamento nos momentos difíceis.

A minha filha Helena, por tornar divertidos os momentos de estudo com as alegrias das pequenas descobertas diárias.

Ao meu orientador José Mauro, pelo conhecimento compartilhado, os conselhos ditos e a amizade que foi construída.

Aos membros da banca Carlos Xavier e Derek Warwick, pelas contribuições pertinentes e direcionamentos fornecidos durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas e professores que fazem parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, pela vivência e pelos ensinamentos compartilhados.

RESUMO

O Parque da Lagoa passou por diversas transformações físicas e sociais desde a sua inauguração em 1939 até as duas primeiras décadas do século 21, as quais influenciam diretamente na paisagem urbana e nas memórias produzidas. Já nas primeiras intervenções urbanas no centro da cidade de João Pessoa, o Parque da Lagoa estava contemplado como núcleo dos traçados e dos planejamentos viários. A presente pesquisa buscou identificar as potencialidades informacionais vinculadas aos cenários memorialísticos e patrimoniais, decorrentes das intervenções físicas e sociais empreendidas no Parque da Lagoa Solon de Lucena. A abordagem utilizada foi predominantemente qualitativa, pois ponderamos as intervenções buscando atribuir significados. Com relação aos objetivos tratou-se de uma pesquisa descritiva, aonde foram ilustradas características de um fenômeno e a associação entre as variáveis. Como forma de embasamento ao estudo, no primeiro capítulo apresentamos reflexões sobre as temáticas: informação, memória, sociedade e patrimônio, além de aprofundar nas relações entre a memória e o lugar. No segundo capítulo exibimos uma narrativa do Parque da Lagoa perpassando pelo seu surgimento, consolidação e as transformações ocorridas ao longo de sua existência. Nos capítulos finais da dissertação realizamos uma análise das transformações, as interligações entre os acontecimentos e reflexões sobre os pontos fortes e as lacunas detectadas no Parque da Lagoa.

Palavras-Chave: Informação; Memória; Patrimônio Cultural; Lugar; Parque da Lagoa.

ABSTRACT

The Parque da Lagoa has undergone several physical and social transformations since its inauguration in 1939 until the first two decades of the 21st century, which directly influence the urban landscape and the memories produced. In the first urban interventions in the center of the city of João Pessoa, Parque da Lagoa was considered as the nucleus of road layouts and planning. The present research sought to identify the informational potentialities linked to the memorial and patrimonial scenarios, resulting from the physical and social interventions undertaken in the Parque da Lagoa Solon de Lucena. The approach used was predominantly qualitative, as we ponder the interventions seeking to assign meanings. Regarding the objectives, it was a descriptive research, where the characteristics of a phenomenon and the association between variables were illustrated. As a basis for the study, in the first chapter we present reflections on the themes: information, memory, society and heritage, in addition to deepening the relations between memory and place. In the second chapter, we show a narrative of Parque da Lagoa going through its emergence, consolidation and the transformations that occurred throughout its existence. In the final chapters of the dissertation we carry out an analysis of the transformations, the interconnections between the events and reflexions on the strengths and gaps detected in Parque da Lagoa.

Key words: Information; Memory; Cultural Heritage; Place; Parque da Lagoa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro de João Pessoa-PB.....	12
Figura 2 - Delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa.....	33
Figura 3 - Área de Preservação do Centro Histórico de João Pessoa (2004).....	35
Figura 4 - Área de Preservação do Centro Histórico de João Pessoa – IPHAN.....	36
Figura 5 - Projeto de Paisagismo Original de Burle Marx.....	38
Figura 6 - Proposta Paisagística para o Anel Interno do Parque da Lagoa.....	40
Figura 7 - Proposta de Requalificação da Fonte Luminosa do Parque da Lagoa.....	41
Figura 8 - Projeto de Drenagem do Parque da Lagoa.....	41
Figura 9 - Circulação de Ônibus e Caminhos internos.....	42
Figura 10 - Projeto de Requalificação do Parque da Lagoa.....	43
Figura 11 - Implantação Geral do Parque da Lagoa.....	43
Figura 12 - Perspectiva Geral do Parque da Lagoa (Maquete 3D).....	44
Figura 13 - Ampliação das Plataformas de Transporte Público.....	45
Figura 14 - Chegada da Ciclofaixa da Av. Getúlio Vargas.....	46
Figura 15 - Visão Geral do Parque da Lagoa.....	46
Figura 16 - Caminhos de Circulação de Pedestre e Paisagismo nos Canteiros.....	47
Figura 17 - Busto de Severino de Albuquerque Lucena.....	47
Figura 18 - Praça da Criança (Equipamentos de Lazer).....	48
Figura 19 - Estabelecimentos Comerciais na Área Interna da Lagoa.....	48
Figura 20 - Edificação de Apoio da Guarda Municipal.....	49
Figura 21 - Edificação com Banheiros Públicos.....	49
Figura 22 - Paredão de Escalada.....	50
Figura 23 - Parque Radical (Pista de Skate).....	50
Figura 24 - Plataformas de Transporte Público.....	51
Figura 25 - Bicicletário.....	51
Figura 26 - Ciclovia no Espaço Interno do Parque da Lagoa.....	52
Figura 27 - Pier com Deck de Madeira.....	52
Figura 28 - Bancos de Concreto e Lixeira.....	53
Figura 29 - Bebedouros Inutilizados.....	53
Figura 30 - Academia de Ginástica ao Ar Livre.....	54
Figura 31 - Parque Infantil em Madeira.....	54
Figura 32 - Monumento “A Pedra do Reino”.....	55

Figura 33 - A Janela do Tempo.....	55
Figura 34 - Restaurante Cassino da Lagoa.....	56
Figura 35 - Monumento de Inauguração do Parque da Lagoa (2016).....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pontos Positivos Listados Pelos Comerciantes.....	58
Tabela 2 - Pontos Negativos Listados Pelos Comerciantes.....	59

LISTA DE SIGLAS

APR - Área de Preservação Rigorosa

APE - Área de Preservação de Entorno

CONPEC - Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana

SEPLAN - Secretaria de Planejamento de João Pessoa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CAPÍTULO - INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR.....	17
1.1 Reflexões Informacionais na Ciência da Informação.....	18
1.2 Memória, Sociedade e Patrimônio	21
1.3 Memória e Lugar	24
1.3.1 Metáforas do Lugar	24
1.3.2 Estruturas do Lugar	25
1.3.3 Espírito do Lugar.....	27
2 CAPÍTULO - O PARQUE DA LAGOA	29
2.1 Sistemas Memoriais	30
2.2 Perímetro de Proteção do Centro histórico de João Pessoa	31
2.3 Intervenções Físicas e Sociais no Parque da Lagoa	37
2.4 Situação Atual	45
3 CAPÍTULO - DIÁLOGOS, ANÁLISES E REFLEXÕES	57
3.1 Diálogos Investigativos	58
3.2 Análise e Reflexões	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Segundo o Perfil do Município de João Pessoa (2004, p.4), a cidade tem uma área total de 210,45 km² (0,3% da superfície do Estado). A expansão urbana ocupou na antiga área rural da Cidade. O Município tem atualmente 64 bairros com uma área bruta de 160,76 km² e de preservação ambiental de 49,69 Km². A altitude média em relação ao nível do mar é de 37m, com a máxima de 74m nas proximidades do rio Mumbaba. Está localizado na porção mais oriental da Paraíba, entre 08°07' de latitude sul e 341°52' de longitude oeste. Limita-se ao norte com o município de Cabedelo através do rio Jaguaribe; ao sul com o município do Conde e pelo rio Gramame; a leste com o Oceano Atlântico; e, a oeste com os municípios de Bayeux pelo rio Sanhauá e Santa Rita pelos rios Mumbaba e Paraíba, respectivamente.

O Parque da Lagoa Solon de Lucena, doravante denominado de Parque da Lagoa, objeto de estudo do trabalho, encontra-se no Centro da Cidade de João Pessoa (ver figura 1), sendo um dos principais cartões postais da cidade. De acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, o local conta com 12 praças, ciclovias, pista de “cooper”, pista de “skate” com padrão internacional, área para esportes radicais, com “slackline”, parede de escalada e um “deck” disponível gratuitamente para festas e eventos. Além disso, conta ainda com 14 quiosques divididos em sete baterias, todas com banheiros públicos e um posto policial para a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar. O verde também é uma das marcas do Parque da Lagoa, que tem 215 Palmeiras e outras 738 árvores nativas (Pau-Brasil, Sibipiruna, Gameleiras, Oitizeiros, Pitombeiras, Ipês amarelos, róseos e roxos, dentre outras) e exóticas (Ficus macrocarpa, Castanholas, Cássea Ferruginha).

Figura 1: Centro de João Pessoa - PB



Fonte: <https://www.google.com.br/maps> Adaptação: Cássio Vinicius, 2020.

Assim como o Parque da Lagoa, os espaços públicos constituídos a nossa volta, transitam por constantes modificações, tanto físicas como sociais, que acarretam diferentes percepções quando passamos. São integrantes desse espaço, as pessoas, mobiliário urbano, passeios públicos, praças, parques, edificações, entre outros. A utilização do termo “espaço” no presente trabalho se refere a algo abrangente e subjetivo, para tratar de um objeto específico, mais restritivo e pontual adotaremos o termo “lugar”. No entendimento de Certeau (1998), o lugar é uma ordenação instantânea de posições indicando uma noção de estabilidade, já o espaço seria o efeito produzido pelas ações que interferem no lugar. Ainda de acordo com Certeau (1998, p.202), “o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. Com isso o Parque da Lagoa seria um lugar de memória pensando no seu traçado e elementos físicos e simbólicos, porém a forma como pessoas o utilizam o torna um espaço de sociabilidades.

Os lugares de uso público, através das transições sociais, ordenam elementos físicos que concentram as diferentes épocas e culturas. Esses elementos físicos estão em constante transformação de acordo com os novos contextos que vão surgindo. Partindo do conceito de Canelini (1990) de culturas híbridas, vivemos em uma sociedade fruto da contínua hibridização de culturas, aonde as conquistas sociais e territoriais, processos de colonização e a globalização contribuem para formação das culturas atualmente vigentes.

O papel do indivíduo nessa engrenagem social, enquanto construtor, portador, disseminador e consumidor de memória, é tão importante quanto o próprio lugar edificado, visto que é através das interações humanas que a memória coletiva é fundamentada, por consequência os registros escritos, monumentos e edificações referenciam a memória social. Por mais que o indivíduo possua a memória afetiva com determinados lugares e monumentos, não podemos ignorar que a memória em sua essência é uma experiência vivenciada e compartilhada por todos. No entendimento de Lynch (1997) as pessoas destacam-se tanto quando as partes físicas no lugar público, o autor ainda ressalta a necessidade da utilização do conhecimento prévio aliado à memória afetiva na criação e compartilhamento da imagem da cidade.

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como as partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele [...] a nossa percepção da cidade não é integral, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. (LYNCH, 1997, p.11-12).

O Parque da Lagoa passou por diversas transformações físicas e sociais desde a sua inauguração em 1939 até as duas primeiras décadas do século 21, as quais influenciam diretamente na paisagem urbana e nas memórias produzidas. Já nas primeiras intervenções urbanas no centro da cidade de João Pessoa, o Parque da Lagoa estava contemplado como núcleo dos traçados e dos planejamentos viários. O crescimento de João Pessoa esteve intrinsecamente ligado com o ponto norteador do nosso objeto de estudo. Tratando-se de um lugar público bastante conhecido pela população, que traz um potencial cultural elevado, a amplitude de memórias, lembranças e informações torna-se promissora. Desse modo indagamos: Quais as potencialidades informacionais vinculadas aos cenários memorialísticos e patrimoniais esse objeto de estudo nos proporciona? Quais acontecimentos influenciaram na disseminação da memória deste lugar na sociedade?

O principal objetivo da pesquisa foi identificar as potencialidades informacionais vinculadas aos cenários memorialísticos e patrimoniais, decorrentes das intervenções físicas e sociais empreendidas no Parque da Lagoa. Dessa forma, como objetivos secundários, buscou-se descrever as intervenções ocorridas no Parque da Lagoa Solon de Lucena considerando seus impactos nas narrativas memorialísticas e patrimoniais. Identificar os diferentes tipos de memória através da relação intrínseca com o lugar que as origina. Além de refletir acerca das influências trazidas pelas transformações do espaço físico na produção da memória e da noção de patrimônio.

A presente pesquisa foi movida, inicialmente, por uma inquietude pessoal refletindo sobre quais transformações o Parque da Lagoa teria se submetido ao longo do tempo, que se originou após participação na mais recente requalificação do parque em 2016. O parque da Lagoa é um objeto de estudo promissor, pois converge pessoas das mais variadas faixas sociais e etárias, que o frequentam por inúmeros motivos, desde uma simples passagem, até um momento de contemplação nas áreas verdes.

Como o parque está inserido no centro histórico de João Pessoa, faz parte da área tombada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A proteção do patrimônio local é fundamental para a conscientização e preservação da identidade cultural. Além dos equipamentos e mobiliários no espaço interno, o Parque da Lagoa é margeado por uma via de tráfego que possui plataformas de embarque e desembarque onde circulam grande parte dos ônibus na cidade sendo o ponto de partida dos mais variados destinos dos pedestres.

Os parques são lugares públicos arborizados que proporcionam lazer, cultura e convívio social. A sociedade nas últimas décadas tem buscado por ambientes tranquilos, visto

que o ritmo de vida dos indivíduos está a cada dia mais acelerado. Ao parque cabe o dever de quebrar as barreiras da paisagem visual adensada, sendo um refúgio bem aceito pela população. Na visão de Jacobs (2000), os parques precisam das pessoas, pois são locais carentes que precisam da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. As pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.

São muitos os fatores que levam os indivíduos a frequentar um parque, isso varia muito de local para local, o que deve ser levado em consideração são os costumes e práticas de cada população. De acordo com Gehl (2013), as pessoas usam o lugar comum da cidade para caminhadas propositais de um lugar a outro, calçadas, paradas curtas, paradas mais longas, ver vitrines, bater papo e encontrar pessoas, fazer exercícios, dançar, divertir-se, entre outros. Segundo Jacobs (2000), as pessoas frequentam um parque por diversos motivos, entre eles estão: descansar, jogar ou assistir a um jogo, ler ou trabalhar, atender a um compromisso, apreciar a agitação da cidade num lugar sossegado, encontrar conhecidos, ter um pouco de contato com a natureza, manter uma criança ocupada e quase sempre para se entreter com a presença de outras pessoas.

Na identificação das potencialidades informacionais vinculadas aos cenários memorialísticos e patrimoniais do Parque da Lagoa, um importante instrumento foram as intervenções (reformas e requalificações) ocorridas nesse lugar. Como forma de restituir a memória de um lugar que se moldou com o tempo, investigaremos as informações registradas pelos órgãos patrimoniais e de planejamento do estado da Paraíba. O desafio será recuperar as informações de forma a remontar as transformações ocorridas sem perder a relação com a memória coletiva.

A abordagem utilizada na pesquisa foi predominantemente qualitativa, pois ponderamos as intervenções buscando atribuir significados. Com relação aos objetivos tratou-se de uma pesquisa descritiva, a qual na visão de Gil (2002) descreve características de um fenômeno e busca identificar a associação entre as variáveis. Para a definição dos procedimentos metodológicos, adotamos as etapas descritas abaixo, visando uma melhor organização, dessa forma atingindo resultados satisfatórios e respondendo a problemática principal da pesquisa.

1ª etapa - Pesquisa Bibliográfica: nesta fase foram realizados levantamentos dos autores que trabalham principalmente com as temáticas de memória e lugar, através de livros, artigos,

dissertações e teses. Também foram observadas bibliografias que abordam temas como informação, parques, sociedade e patrimônio.

2ª etapa - Pesquisa Documental: durante esta etapa foram catalogados documentos, registros visuais e históricos que remetem as transformações ocorridas no Parque da Lagoa ao longo das décadas. A fonte primordial de informações foram os documentos arquivados, além de consultas em órgãos públicos e de patrimônio histórico e artístico.

3ª etapa - Pesquisa de Campo: foram realizados levantamentos fotográficos, como forma de registro mais próximo da realidade atual. Também foram feitos diálogos com funcionários do Parque da Lagoa, para identificar os diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo.

4ª etapa – Análise dos Dados: por meio do embasamento teórico e dos dados obtidos nas pesquisas documentais e de campo, foi possível identificar as potencialidades informacionais vinculadas aos cenários memorialísticos e patrimoniais do Parque da Lagoa.

1 CAPÍTULO – INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR

1 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR

1.1 Reflexões Informacionais na Ciência da Informação

Nesse tópico faremos uma contextualização sobre a Ciência da Informação, como forma de nortear os assuntos posteriormente propostos. No entendimento de Saracevic (1996, p.42), “como muitos outros campos interdisciplinares (como ciência da computação, pesquisa operacional) a CI teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial”. Na perspectiva das instituições, de acordo com Araújo (2014), o American Documentation Institute, localizado nos Estados Unidos, mudou o seu nome para American Society for Information Science em 1968, tornando-se a primeira instituição de Ciência da Informação.

Partindo para os objetos de investigação da Ciência da Informação, recorro a Borko (1968, p.3), o qual ilustra que a “Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”. De acordo com Araújo (2014, p.24), “[...] a Ciência da Informação não é a ciência dos contextos socioculturais e nem a ciência das interações entre os sujeitos. Ela busca, nesses elementos, algo de específico, de particular: a dimensão informacional presente nesses fenômenos”. Os autores citados anteriormente destacam termos como “comportamento informacional” e “dimensão informacional”, dessa forma entendemos que não é a informação de forma simplória que a Ciência da Informação aborda, mas a informação contextualizada e personificada.

Já procedendo para uma visão mais institucional e metódica, Borko (1968, p.3), relata que a Ciência da Informação “[...] tem como meta fornecer um corpus teórico sobre informação que propiciará a melhoria de várias instituições e procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimento”. Nesse raciocínio a pesquisa científica se relaciona intimamente com a produção do conhecimento.

A velocidade com que a Ciência da Informação absorve conhecimento das diferentes fontes e multiplica seu acervo teórico tem sido alvo de estudos pelos teóricos. Segundo Paim et al. (2001, p.21), “tradicionalmente, a Ciência da Informação tem importado conhecimento oriundo de outros campos do saber, principalmente da administração e da ciência da computação”. De acordo com Araújo (2014, p.28), a diversidade tem tornado a Ciência da Informação “[...] um campo com muita criatividade para a formulação de novos conceitos,

muita agilidade para a compreensão de novos fenômenos e o desenho de novos âmbitos de pesquisa”.

A absorção do conhecimento de outras áreas é um caminho pertinente quando lidamos com temáticas que ultrapassam os limites de conhecimento de apenas um campo de estudo. A memória, por exemplo, pode ser abordada além da Ciência da Informação, na psicologia, sociologia, na arquitetura, entre outras áreas de conhecimento. Quando relacionamos a memória ao patrimônio, os conhecimentos de arquitetura e urbanismo contribuem expressivamente através de ramificações como a restauração, morfologia urbana, espaços públicos, acessibilidade, percepção urbana, paisagem urbana, topografia, entre outras. A ótica diferenciada do arquiteto para observar a cidade de forma geral (grandes áreas) e específica (pequenos detalhes) tornasse um importante instrumento aliado à perspectiva social para realizar pesquisas de espaços urbanos na Ciência da Informação.

Com relação ao campo de estudo da Ciência da Informação, para Gonzalez de Gomez (2003, p.32), a Ciência da Informação “estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, [...] as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem”. De acordo com Pinheiro (1998, p.155), a Ciência da Informação possui duas vertentes “[...] de um lado a documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o que importa é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as tecnologias da informação”.

A Ciência da Informação, de forma semelhante as demais ciências modernas, destaca-se por seu caráter interdisciplinar dialogando e abrangendo as mais diversas áreas. Segundo Pinheiro (1998, p.133), a Ciência da Informação possui “[...] seu próprio estatuto científico, como ciência social que é, portanto, interdisciplinar por natureza, e apresenta interfaces com a biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva, Sociologia da ciência e comunicação”. O fato da Ciência da Informação beber das mais diversas áreas de estudo a torna subjetiva com relação as suas origens e suas amplitudes. Os pesquisadores estão transcendendo os limites determinados nas primeiras décadas de consolidação, com isso, os caminhos de atuação tornam-se cada vez mais imprevisíveis e promissores.

Na tentativa de ultrapassar os limites abordados na Ciência da Informação, consideramos pertinente trazer a temática de espaços urbanos como forma de dialogar com o campo da Arquitetura e Urbanismo, e eventualmente, enriquecer o campo científico da Ciência da Informação. No entendimento de Lynch (1997, p.14), “Uma estrutura viva física e integral,

capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social”. Não seria prudente dissociar os espaços urbanos e sua capacidade na produção de memórias, informações e significados, dos demais objetos de estudo já consolidados no campo da Ciência da Informação.

Entretanto, antes de dialogar sobre outras temáticas, consideramos pertinente aprofundar o entendimento sobre o termo informação e seus conceitos. A informação é um termo polissêmico, com inúmeros significados, explorado pelos autores das mais diversas áreas de estudo. Contudo, a informação abordada no presente trabalho está intimamente ligada à memória social. As informações produzidas através da memória social relacionam-se com o contexto de sua criação, ou seja, o lugar físico e o tempo. Segundo Azevedo Netto (2007, p.6), a informação “[...] é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo [...]”.

As informações perpassadas para as próximas gerações, costumeiramente, estão intimamente ligadas com a memória construída através da sociedade dominante naquele determinado contexto temporal. De acordo com Castells (1999), as práticas sociais dominantes, embutidas na estrutura social, desempenham papel estratégico na formulação da consciência social para a sociedade em geral. Essa sociedade em constante ressignificação, do ponto de vista da memória, emana informação através das suas mais variáveis facetas. Para Castells (1999), a natureza da nova sociedade baseia-se em conhecimento, organizando-se através de redes e caracterizada pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos. Esses espaços de fluxos estão intimamente ligados com a transmissão de informações e relações de poder, porém não podem ser dissociados dos lugares enquanto meio material e tangível.

Através das informações encontradas a respeito dos lugares, podemos identificar a contribuição que eles possuem na estruturação da memória social. No entendimento de Robredo (2003, p.4) “A informação apresenta-se em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações, em ideias, ideais, e ídolos, em índices, imagens e ícones; [...] em sinais, signos, significantes e símbolos [...]”. Seguindo esse raciocínio, um espaço edificado ou construído pelo homem (a exemplo do Parque da Lagoa Solon de Lucena) poderá auxiliar significativamente na criação e disseminação da memória em seu contexto social. Um espaço público que está intrinsecamente ligado ao crescimento de uma cidade, passando por transformações físicas e sociais, carrega consigo uma vasta fonte de informações.

1.2 Memória, Sociedade e Patrimônio

O homem como ente efêmero, busca formas de transcender a sua vida terrena e ser evocado na memória da sociedade. Segundo Bosi (2001, p.1), “o homem é um ser que existe no tempo. Por isso o homem nasce e morre. A matéria da sua vida se faz e desfaz: a medida dessa mutação é chamada tempo de vida”. A memória percorre os caminhos do tempo, sendo influenciada diretamente pela cultura da sociedade que está imposta naquele recorte contextual.

A memória trabalha sobre o tempo, porém sobre um tempo experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é reconstruído e revivenciado, o que traz um efeito restaurador, uma vez que permite a ressignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. A memória costura, tece o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais (BARRETO, 2007, p.164).

Encontramos na história, tanto oral como escrita, uma importante contribuição na disseminação da memória. Os historiadores por muitos séculos utilizaram o dom da narrativa para enaltecer personalidades e definir o que merecia ser difundido para as próximas gerações. De acordo com Arendt (2016, p.49), “a História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles [...] podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre”.

Na literatura moderna, a memória adquire um caráter social onde as experiências coletivas fortalecem os vínculos memorialísticos. O contexto de produção torna-se fundamental na perpetuação da memória. Segundo Halbwachs (1990, p.143), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. [...] e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. Esse quadro espacial, também entendido como contexto, sofre sucessivas transformações e requalificações, em períodos destoantes e imprevisíveis. Para Nora (1993, p.9), “a memória é a vida [...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

As definições sobre a posse da memória seja individual ou coletiva, divergem entre autores que trabalham a temática, alguns até abrangem outras classificações terminológicas. No entendimento de Ricoeur (2007, p. 142), “não é apenas com a hipótese de polaridade entre a memória individual e a memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros”. Segundo Bosi (1994, p. 408), “há fatos que não tiveram ressonância coletiva e se imprimiram apenas em nossa subjetividade. E há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram

profundamente em nós; e dizemos: ‘só eu senti, só eu compreendi’”. Nessa linha de raciocínio podemos entender que apesar do fato ocorrer em um ambiente coletivo, alguns indivíduos serão afetados de formas distintas, dependendo do grau de afinidade com a situação memorialística.

Para Bosi (1994, p. 411), “Por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. Adotaremos no presente trabalho a linha de pensamento de que a memória é sempre coletiva, pois é produzida em um contexto social, porém a forma que nos impactamos por determinado objeto produz uma memória afetiva distinta entre indivíduos.

Os centros históricos e suas edificações são importantes produtores de memória na cidade, pois remetem as grandes transformações físicas e sociais. A patrimonialização dos bens culturais identificados nos centros históricos culmina na preservação e criação de uma identidade cultural local. Corroborando, Barreto (2007, p.175) destaca a “importância do Patrimônio Cultural para a formação e exercício da cidadania. O acesso a ele, ao mesmo tempo, constitui-se acesso à fonte de informação sobre “nós”, sobre o fazer social”. O patrimônio cultural agrega um sentimento de pertencimento social, legitimando e estreitando as relações do indivíduo com o espaço urbano. Quando a sociedade valoriza e perpetua o seu patrimônio cultural, torna-se possível compreender hábitos e comportamentos sociais que coexistiram ao longo do tempo. Para Guimarães (2012, p.99), “refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana”. Analisar a importância de um patrimônio para a sociedade não é simplesmente observar o espaço físico tangível, mas também identificar os fatos ocorridos e as memórias fomentadas nas distintas gerações. De acordo com Dodebei (2011, p.37), “ocorre na patrimonialização do acontecimento um forte desejo de memória, pois ao patrimônio cabe o atributo essencial de legado de um valor memorial escolhido para ser doado as gerações futuras”. Dessa forma, não se pode estudar o presente sem conhecer o passado, os elementos constituintes da complexa cadeia de acontecimentos precisam ser reunidos para que as memórias dialoguem com fluidez. Corroborando com esse raciocínio Azevedo Netto (2007), que compreende a memória como o encadeamento de elementos que remetem ao passado, dados na esfera da consciência, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados.

Na perspectiva da conservação e perpetuação dos bens, pode-se preservar tanto patrimônio material como patrimônio imaterial. A conscientização das representações

folclóricas, danças, costumes, entre outros, ganharam destaque na atual sociedade, recebendo status de patrimônios imateriais. Para Gonçalves (2009, p.28), “o ‘patrimônio imaterial’ ou ‘intangível’. Opondo-se ao chamado ‘patrimônio de pedra e cal’, aquela concepção visa a aspectos da vida social e cultural, dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais”. Apesar do patrimônio material ser palpável e facilmente reconhecido pela sociedade, é importante reforçar que os espaços de uma cidade não apenas possuem um caráter físico, mas também possuem potenciais simbólicos através das práticas sociais. De acordo com Canclini (1995, p.55), “nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que nas lutas pelos meios de produção, da disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica”. Outro aspecto sobre patrimônio que deve ser pautado é a amplitude das áreas de estudo, de campos profissionais distintos, que abordam a temática.

[...] no panorama das discussões internacionais em torno do patrimônio, tem se observado uma aproximação entre diversos campos de atuação profissional, tornando o tema do patrimônio um lugar privilegiado para um diálogo entre historiadores, arquitetos, antropólogos, historiadores da arte, para ficarmos com apenas alguns desses campos que têm contribuído, de forma decisiva, para tornar complexas as discussões e abordagens acerca do patrimônio, da sua conservação e relação com as sociedades contemporâneas (GUIMARÃES, 2012, p.99).

O patrimônio cultural é representado, na maioria dos casos, por marcos, edificações e manifestações de destaque nos centros urbanos das cidades, entretanto, a memória não carece necessariamente de grandes cenários para ser produzida. A memória é construída na sociedade de forma dinâmica e transitória, as constantes transformações do contexto ocasionam uma “realidade” momentânea. Cabe aos indivíduos perceber essas mudanças e edificar as próximas memórias que perpetuarão nas suas lembranças. Segundo Pêcheux (1999, p.56), “uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana [...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização”. Já trazendo uma visão mais dicotômica do espaço trago o raciocínio de Deleuze e Guattari (1997, p.157), “O espaço liso e o espaço estriado, o espaço nômade e o espaço sedentário, o espaço onde se desenvolve a máquina e guerra e o espaço instituído pelo aparelho de estado, não são da mesma natureza”. Podemos entender que esses espaços se distinguem basicamente pela essência, onde o liso é mais disforme e incontrolável, já o estriado possui ordem e prudência no seu desenvolvimento, porém ambos dialogam na constituição do espaço social. Entretanto, os espaços podem transmutar-se em outros, a exemplo do estriado que pode ser tornar liso em função de sua representação.

A seguir adentraremos nas possibilidades do local como produtor de memória, assim como seu potencial de dialogar espiritualmente com o subconsciente dos indivíduos. Abordaremos ainda a relação entre lugar e memória na perspectiva da tríade metáforas do lugar, estruturas do lugar e espírito do lugar.

1.3 Memória e Lugar

As imagens formadas na memória, a partir de ambiente social, estão intrinsecamente ligadas na relação tempo e espaço, considerando o tempo no aspecto cronológico e o espaço na perspectiva física construída. A união do tempo e espaço culmina na produção do contexto em que a memória é edificada. No entendimento de Nora (1993, p.27), os lugares da memória são produzidos através de um recorte no tempo e espaço, traduzindo-se em “um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre a sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. Existe ainda um terceiro elemento adotado por Pacheco (1995), que considera a informação como um artefato sendo criada em um tempo, espaço e forma específica. Através desses três elementos é efetivado o contexto em que o artefato pode ser interpretado, podendo ainda ser utilizado em contextos distintos ao qual o artefato foi produzido. Como a memória está em constante ressignificação, o resultado atualmente exposto pode reunir diferentes recortes temporais de um mesmo produto através da relevância social naquele momento.

Os lugares, ao longo do tempo, foram discutidos pela literatura sobre diferentes aspectos com relação à memória. Abordaremos esses aspectos em três linhas de raciocínio, instituídas no presente trabalho, que dialogam com o tema proposto. Na primeira linha intitulada metáforas do lugar, são discutidas as possibilidades do uso de metáforas para lugares e edificações como forma de embasar raciocínios memorialísticos. A segunda linha denominada estruturas do lugar, ilustra a capacidade que espaços públicos, edificações e até mesmo cidades inteiras possuem para produzir memórias. A terceira linha, chamada espírito do lugar, remete a capacidade do lugar de produzir sensações místicas e sobrenaturais, no momento em que pessoas são imersas em seu espaço físico.

1.3.1 Metáforas do Lugar

O uso das metáforas, de forma genérica, é feito essencialmente pela tentativa de explicar algo que não se apresenta claro, através de analogias que representam determinado objeto. Tais comparações aproximam o objeto discutido de prévios conhecimentos que acabam por facilitar a absorção das novas informações. Para Assmann (2011, p.170), “desde que há as técnicas

mnemônicas [...] existe uma ligação inseparável entre memória e espaço”. A utilização de metáforas com locais, a exemplo de edificações com suas salas ou ambientes, foi utilizada ao longo do tempo por filósofos e psicanalistas para explicar as diferentes áreas do cérebro responsáveis pela memória de forma mais didática.

De acordo com Benjamin (1994, p.239), “a memória [...] é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas”. Identificamos a relação das camadas do cérebro humano com as camadas sedimentares encontradas nas ruínas e no próprio solo, onde as escavações destinam-se a compreender um ambiente contextualizado e particular dos seres humanos.

Com relação à edificação de uma memória, podemos utilizar a metáfora do palácio da memória de Santo Agostinho. Segundo Agostinho (1999, p.266), “Transporei, então, esta força da minha natureza, subindo por degraus até Àquele que me criou. Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie”.

Apesar do uso de metáfora ser uma prática comum pelos filósofos e pensadores, o lugar nesse aspecto é utilizado de forma genérica e fantasiosa. Podemos ressaltar a criatividade dos produtores, porém a noção de contexto é anulada em função da simplificação para o entendimento.

1.3.2 Estruturas do Lugar

Na perspectiva histórica os locais da memória podem ser edificações, marcos, monumentos, esculturas, pinturas, fotografias, livros, entre outros. Partindo para um olhar arquitetônico de espaço físico, podemos considerar os parques, edificações, centros históricos e até mesmo uma cidade inteira como fomentadores de memória. No entendimento de Assmann (2011), buscamos nas imagens da memória espaços estruturados, dessa forma poderíamos considerar os espaços arquitetônicos como corporificações da memória, assim como as estruturas de espaços que foram apropriados pelos humanos. A estrutura seria tudo que foi construído, organizado ou ordenado, servindo de sustentação para que a memória seja materializada.

As primeiras memórias que possuímos quando refletimos sobre os lugares, majoritariamente, costumam ser da residência de nossa infância. De acordo com Freire (1989), a sua leitura de mundo foi iniciada em sua casa mediana no Recife-PE, rodeada de árvores, animais e familiares. Aquele local para Freire remete as boas lembranças de infância e os primeiros aprendizados. Para Bosi (1994, p. 435), “A casa materna é uma presença constante

nas autobiografias [...] é aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções”. Após a noção de espaço familiar ser transcendida nos deparamos com os espaços públicos e outros ambientes de convívio.

Os parques e praças de uma cidade costumam atrair pessoas para usufruir de seus espaços físicos e por consequência tornam-se produtores memorialísticos em massa. No entendimento de Jacobs (2000), os parques são locais carentes que precisam da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Em contrapartida, os parques nos retribuem com momentos de convívio social e criação de memórias, sendo assim uma relação de troca mútua.

Os museus, bibliotecas, arquivos, teatros, cinema, entre outros, além do potencial memorialístico, contribuem positivamente na cultura e identidade de uma população. Os centros históricos e cidades mundialmente conhecidas, que fazem parte do patrimônio material da humanidade possuem grande apelo na memória coletiva, também ilustram poder e disputa nas ações de memória.

A cidade de Jerusalém é um local exemplar da memória, particularmente profícuo por dois motivos. Por um lado, revela de que maneira um local da memória oscila entre ser um local de temor sacro e um local histórico da memória; por outro lado, revela como um local da memória se torna palco de luta entre comunidades de recordação adversárias (ASSMANN, 2011, p.325).

Os locais nem sempre nos remetem a boas memórias, determinados espaços e edificações desencadeiam traumas guardados, por situações vivenciadas naquele espaço físico. Segundo Assmann (2011, p.349), “Enquanto o local de recordação se estabiliza por meio da história que se conta sobre ele [...] o local traumático se vê assinalado pela impossibilidade de narrar a história”. As experiências traumáticas passam por períodos silenciosos e restritivos, porém podem ser desencadeadas por lugares que contextualizaram os acontecimentos. Para Pollak (1989, p.8), “as fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.

Independentemente do tipo de memória que o lugar remete ao indivíduo sejam boas recordações ou traumas, o constante potencial do lugar em resgatar memórias já o torna um objeto memorialístico. Quando a situação transcende o espaço físico, passando para uma esfera espiritual ou no momento em que ultrapassa o limite dos nossos sentidos já se insere na categoria de espírito do lugar.

1.3.3 Espírito do Lugar

O espírito, de forma mais simbólica, pode ser considerado como uma camada mais profunda na memória, um lugar onde se deve mergulhar de corpo inteiro sem que haja controle consciente da massa corpórea. No entendimento de Agostinho (1999, p.273), “o espírito é a memória [...] quando confiamos a alguém qualquer negócio, para que se lhe grave na memória, dizemos-lhe: ‘Vê lá, grava-o bem no teu espírito’”.

A perspectiva que vamos adotar para espírito se aproxima mais do termo latino “*Genius loci*” que remete ao espírito do lugar, expressão que se popularizou na arquitetura através da produção literária moderna. Para Rossi (2001, p.147), “a escolha do lugar tanto para uma construção como para uma cidade tinha um valor preeminente no mundo clássico: a “situação”, o sítio era governado pelo “genius loci”, pela divindade local”. Com isso Aldo Rossi (2001) destaca a importância que era dada, no período clássico, para o espiritualismo e aspectos divinos na escolha de locais que seriam erguidas as cidades e edificações. Possivelmente esses aspectos subjetivos (espírito e divindade) na escolha de locais para o surgimento de civilizações estariam associados a aspectos objetivos como a topografia e recursos naturais disponíveis no entorno.

Percorrendo para uma abordagem sociológica da memória, que seria o campo mais livre e oportuno na temática “espírito do lugar”, vamos adentrar na relação lugar como edificação consolidada capaz de produzir memória nos indivíduos e que são carregadas de potências significativas. As igrejas e templos sagrados são as edificações que a princípio surgem no imaginário coletivo quando falamos de espiritualidade, alma e divindade. Segundo Assmann (2011, p.322), “são considerados sagrados os locais em que se pode vivenciar a presença dos deuses [...] o local sagrado é uma zona de contato entre Deus e o homem”. Partindo para a visão do cristianismo, os locais sagrados nem sempre são edificações, mas podem surgir como montes, pedras e monumentos, sejam feitos pelo homem ou de forma divina.

Uma analogia interessante com templo é abordada por Bauman, quando sugere que o shopping center é um templo de consumo no qual perdemos a noção de tempo e espaço. De acordo com Bauman (2001, p.115), “o que quer que possa acontecer dentro de um templo de consumo tem pouca ou nenhuma relação com o ritmo e teor da vida diária que flui ‘fora dos portões’. Estar num shopping center se parece com ‘estar noutro lugar’”.

Utilizando a noção de tempo, as edificações da memória podem ser exaltadas, cada vez mais, perpetuando a sua fama ou simplesmente cair no esquecimento. O esquecimento não é sempre um aspecto negativo, alguns tipos de edificações se consolidam na neutralidade. Para Assmann (2011, p.342), “os verdadeiros heróis do romance gótico são os edifícios,

assombrados pelo espírito de um tempo antigo. Quanto mais as pessoas de esquecem, mais se intensifica a aura dos locais e seus objetos remanescentes”. Quando essas esquecidas edificações vêm à tona, elas podem ganhar status de fortes memórias. Segundo Agostinho (1999, p.276), “o esquecimento se enraíza na memória, foi preciso se achar presente para que a memória pudesse captar a imagem”. A noção de enraizamento da memória que Santo Agostinho traz é similar à ideia de grau de profundidade do esquecimento que Ricoeur (2007) trata, relacionando esses graus com os níveis da memória cognitiva, ou seja, a memória como uma prática de ressignificação no presente.

O espírito do lugar seria a experiência mais mística entre as três analisadas, através dela podemos sentir a quietude pesada de um cemitério à noite, a grandiosidade da fé em uma celebração religiosa e vivenciar a história de uma civilização nas ruínas de uma cidade. O espaço físico construído onde ocorre essa elevação espiritual funciona como um desencadeador, pois transporta o indivíduo para novos mundos, criando ligações diretas com existências imateriais, podendo até distorcer a relação tempo e espaço.

É importante ressaltar que a representação física de um lugar e a simbologia que ele concebe através dos usos efetivados pela sociedade, nem sempre fazem parte da perspectiva de espaço que os indivíduos possuem quando estão imersos naquele ambiente. Utilizando a noção de heterotopia de Foucault (2013) é possível justapor em um lugar real vários espaços que normalmente seriam incompatíveis com seu uso inicial. A criatividade do indivíduo é fundamental na forma como ele se percebe e se conecta ao espaço. Nesse raciocínio, uma escadaria pode ser um lugar de encontro com amigos, um semáforo de sinalização pode ser tornar um ninho de pássaros, o ônibus se transforma em um local de estudo e um parque público é convertido em um espaço em que posso esvaziar a mente e não pensar em nada.

Por se tratar, na perspectiva psicológica, de uma experiência particular, o espírito do lugar não está restrito a memória coletiva, não há regras previamente estabelecidas e a forma como indivíduos são afetados varia de acordo com suas experiências de vida. Apesar do relato escrito, o espírito do lugar só será plenamente compreendido quando desprendermos das amarras racionais e passarmos a senti-lo em nosso interior.

2 CAPÍTULO – O PARQUE DA LAGOA

2 O PARQUE DA LAGOA

2.1 Sistemas Memoriais

As estruturas sociais perpassam por constantes transformações que afetam na forma como nos relacionamos e absorvemos informações nas interações com outros indivíduos. Os avanços tecnológicos e a facilidade de comunicação, mediante as novas formas de mercado e a globalização do conhecimento, contribuíram para uma sociedade estruturada em torno de redes. No entendimento de Castells (1999, p.565), “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. A rede através de sua essência difusora se ampliou para as mais diversas áreas de estudo corroborando para a disseminação das informações. De acordo com Parente (2000, p.171), “A rede atravessa hoje todos os campos do saber – da biologia às ciências sociais, passando pelas ciências exatas –, seja como um conceito específico [...] seja como paradigma e imagem do mundo, ou ainda como rede sociotécnica necessária a produção do conhecimento”.

Através do uso conceitual de rede, sugeriram novas propostas que possibilitam analisar de maneira interdisciplinar um contexto de objeto de forma lógica e sistemática. A expressão mais conhecida é a rede memorial, adotada como sistema memorial por Galindo (2015), que fundamentará a presente discussão. Segundo Galindo (2015, p.66), “Os sistemas memoriais são uma categoria de trabalho de natureza interdisciplinar, baseada na visão sistêmica, e se contrapõe à visão analítica reducionista-mecanicista herdada dos filósofos da Revolução Científica do século XVII”. Por meio dos sistemas memoriais podemos sistematizar uma paisagem natural, um parque urbano, além de edificações e monumentos de valor histórico. Para o referido autor (2015, p.67), “Sistema Memorial [...] é um instrumento lógico de apreensão de uma realidade possível, trazendo às coisas da natureza uma representação que corresponde a uma ordem lógica, reconhecível, postulável e previsível”.

Entre as discussões de Galindo (2015) utilizando a temática de sistemas memoriais, a contribuição mais pertinente para a pesquisa seria referente às instituições memoriais. No entendimento de Galindo (2015, p.71), “entendemos Instituições Memoriais como aquelas organizações, públicas ou privadas eleitas ou constituídas pela sociedade para realizar a tarefa da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial e cultural das sociedades a que servem”. Partindo desse raciocínio buscamos identificar as instituições que melhor agregariam com informações através de seus acervos enquanto unidades de custódia patrimonial. Dentre as instituições listadas destacamos o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, o Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Levando em consideração a relevância do Parque da Lagoa para a cidade de João Pessoa e seu centro histórico, as instituições deveriam buscar estratégias em coletividade para proporcionar uma melhor efetividade nas intervenções urbanísticas, na preservação e conservação desse patrimônio.

[...] o futuro para as instituições gestoras de bens do patrimônio memorial passa obrigatoriamente pelo desenvolvimento de estratégias de colaboratividade. Não se pode entender a complexidade dos sistemas memoriais sem assumir antecipadamente a obrigatória ativação de redes de interação capazes de distribuir de forma inteligente o trabalho em busca de eficiência e produtividade (GALINDO, 2015, P.83).

Em seguida, iremos discorrer sobre as delimitações do centro histórico e os tombamentos do Parque da Lagoa, porém para complementar sobre as instituições memoriais observamos que as atitudes das instituições divergem da visão de colaboratividade de Galindo (2015), possivelmente pelo fato do IPHAEP assumir a responsabilidade pelo Parque da Lagoa, pois além do tombamento do perímetro, similar ao tombamento do IPHAN, também existe um tombamento individual do bem. Os processos de intervenções realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e os decretos também se concentram no IPHAEP, tornando essa instituição a mais propícia a contribuir no objetivo central da pesquisa.

2.2 Perímetro de Proteção do Centro histórico de João Pessoa

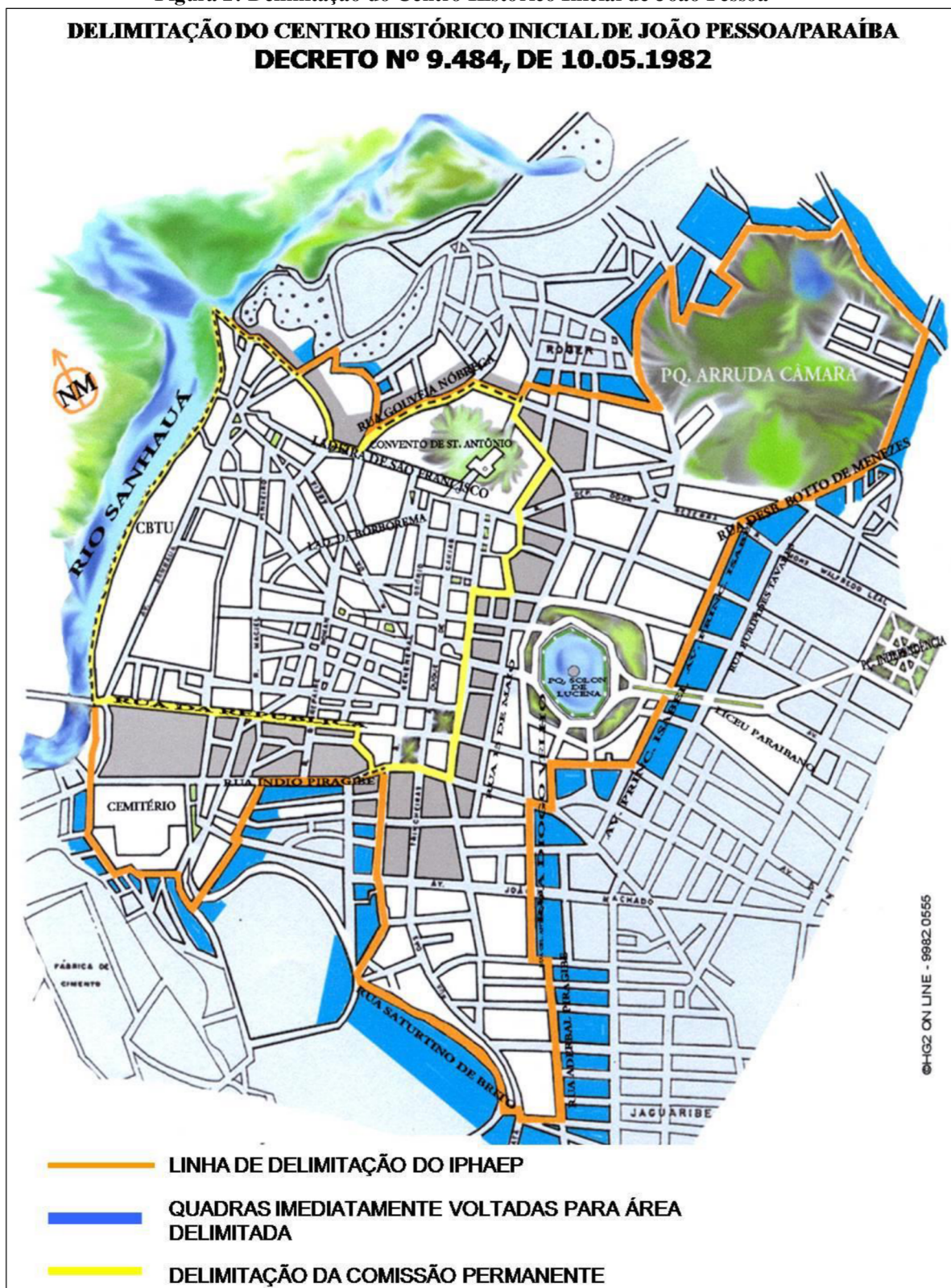
De acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, o Parque da Lagoa até o início do século XX era composto por um charco (área alagada) conhecida como “Lagoa dos Irerês” onde habitavam grande número marrecos que buscavam aquelas águas. Na segunda década do século XX foi iniciado o processo de urbanização com ações voltadas ao fornecimento de água, esgoto e eletricidade. Na perspectiva de Vidal (2004), o poder público investiu na construção de imagens urbanas emblemáticas, transformando profundamente a cidade e se desprendendo das tradicionais construções antigas. Como ocorreu nas principais capitais brasileiras, o crescimento urbanístico foi impulsionado pela economia e galgou grandes saltos de desenvolvimento. Dessa forma, medidas de preservação do patrimônio histórico e cultural passaram a ser necessárias para desacelerar as intervenções de grande porte que se tornaram frequentes nos centros urbanos. A principal ação na preservação do patrimônio cultural no estado da Paraíba foi a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP fundado em 1971, através do Decreto 5.225 de 1º de abril de 1971 no governo de Ernani Satyro (1971-1975). No seu Art. 1º resolve que “Fica Criado, na Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, com a finalidade de preservar os bens culturais do Estado”. A criação do IPHAEP foi um importante marco na preservação do centro histórico de João Pessoa, em sequência surgiram decretos que delimitaram de forma pontual a área que seria preservada. O Decreto 9.484 de 13 de maio de 1982 dispõe sobre a delimitação do centro histórico inicial de João Pessoa (ver figura 2), sendo publicado pelo Governo do Estado da Paraíba na gestão de Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982).

Na década de 90, após a delimitação sobre as edificações que fazem parte do perímetro do centro histórico de João Pessoa, a Lei Ordinária Nº 8465 de 30 de Dezembro de 1997, na gestão de Cícero Lucena (1997-2005), adota medidas de incentivo a revitalização do centro histórico do município de João Pessoa. No seu Art. 1º discorre que “Fica autorizado a isenção, total ou parcial, do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para os imóveis prediais situados no perímetro do Centro Histórico [...] delimitado pelo Decreto Estadual 9.484/82 e Projetos de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”. Houve um evidente incentivo para o comércio se estabelecer nesse perímetro, com as reduções de IPTU, além da isenção total ou parcial do reconhecimento de Imposto Sobre Serviços - ISS no âmbito do perímetro delimitado pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

A área de delimitação inicial do centro histórico de João Pessoa foi constantemente discutida através das reuniões do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, porém foi na deliberação nº 05/2004 de 19 de fevereiro de 2004 que houve um grande avanço na preservação dessa área. Através do decreto Nº 25.138 de 28 de julho de 2004, o Governador Cássio Cunha Lima, no uso das suas atribuições, homologa a deliberação nº 05/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP e aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa. Em seu Art. 1º o decreto Nº 25.138 homologa “a Deliberação nº 05/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, de 19 de fevereiro de 2004, que tomba o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, redefine a delimitação da área e aprova zoneamentos, procedimentos de intervenções e usos”.

Figura 2: Delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa



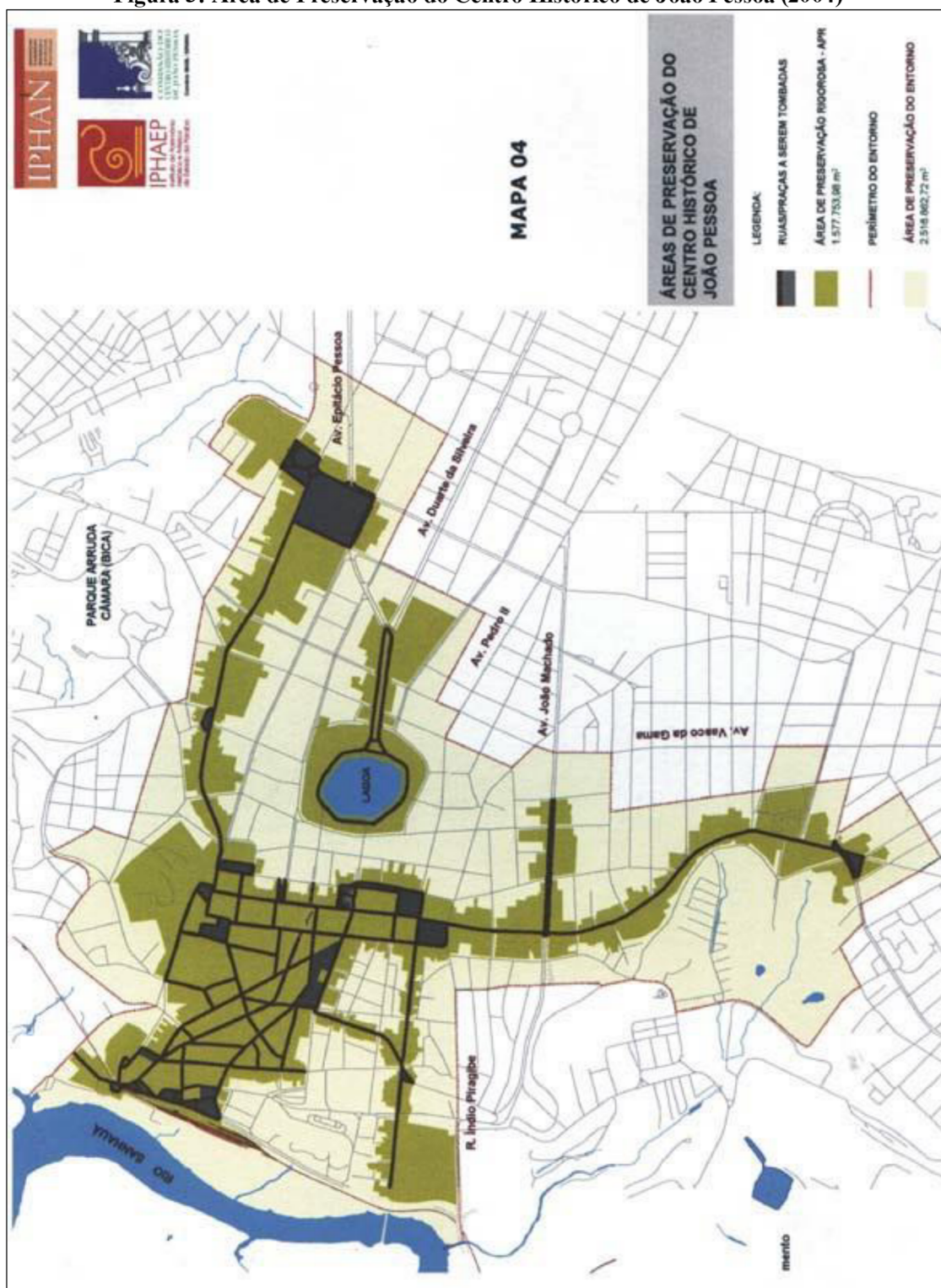
O Decreto nº 05/2004 de 19 de fevereiro de 2004 ainda possui três anexos oriundos da deliberação nº 05/2004/CONPEC, que ilustram minuciosamente as áreas (ver figura 3), os níveis e as técnicas. No Anexo 01 é realizada a tipificação das áreas de preservação do centro histórico de João Pessoa, sendo fracionadas como Área de Preservação Rigorosa – APR, Área de Preservação de Entorno – APE e os Setores Homogêneos – SH. No anexo 02 ocorre a tipificação dos níveis de intervenção para as edificações contidas nas áreas de preservação do centro histórico de João Pessoa, sendo eles: Edificação de Conservação Total – CT, Edificação de Conservação Parcial – CP, Edificação de Renovação Controlada – RC e Edificação de Renovação Total – RT. Por fim o anexo 03 estabelece diretrizes técnicas para a intervenção nas edificações contidas nas áreas de preservação do centro histórico de João Pessoa.

Além do Decreto nº 05/2004 de 19 de fevereiro de 2004 que contribuiu com o amadurecimento de áreas específicas de preservação dentro do centro histórico de João Pessoa, houve a necessidade de ampliar a preservação para o entorno imediato dessas áreas devido à relevância que o centro histórico representa no âmbito nacional. Por tratar-se de uma das cidades mais antigas do Brasil (fundada em 5 de agosto de 1585), João Pessoa também teve seu centro histórico tombado (ver figura 4) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 2009. De acordo com o Portal Oficial do IPHAN “O tombamento abrange 502 edificações, a maior parte dos bairros do Varadouro, na Cidade Baixa e Cidade Alta, em uma área de 370 mil m², em 25 ruas e seis praças, bem como o antigo Porto do Capim”. O centro histórico de João Pessoa foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.

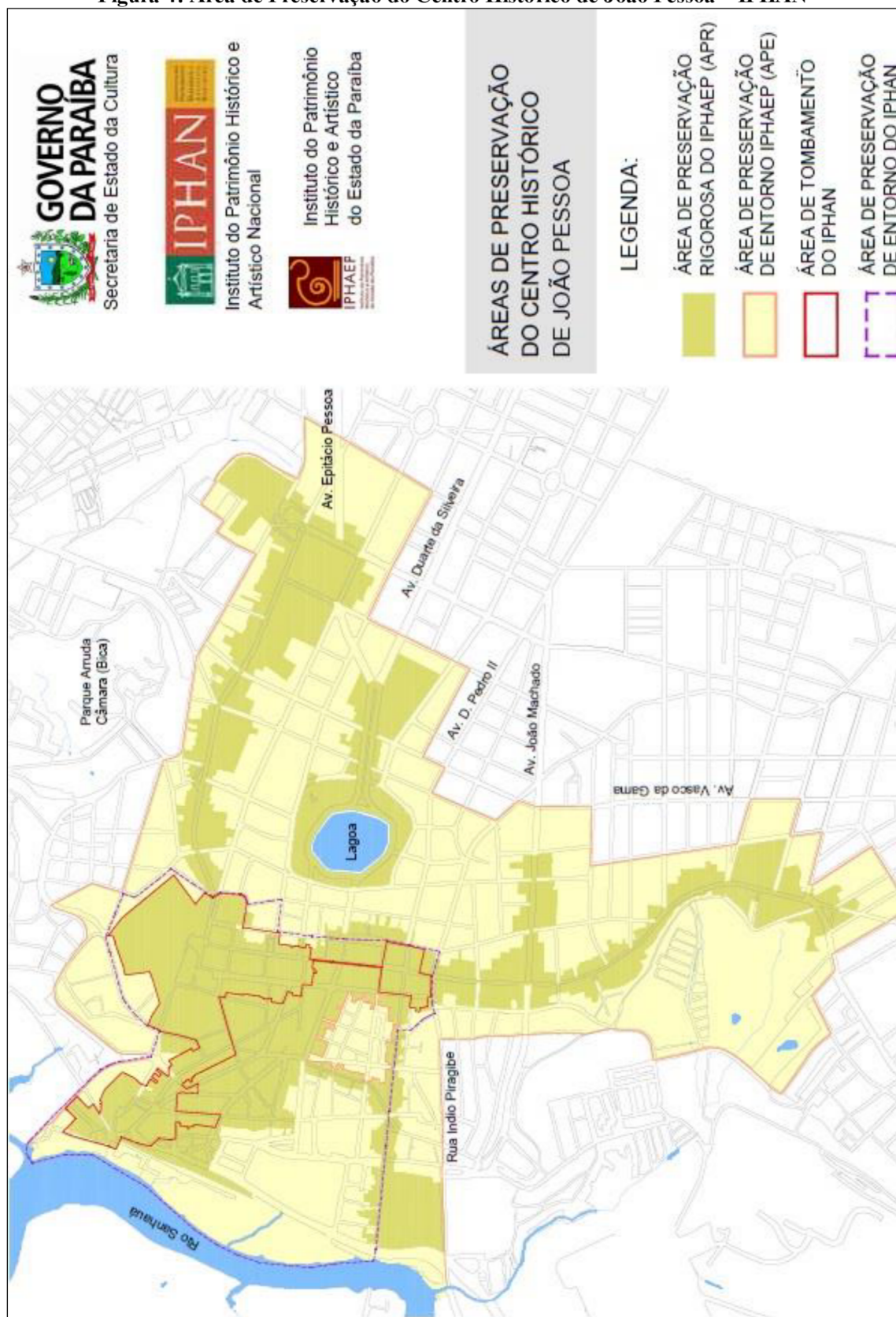
Livro do Tombo Histórico: Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças) (PORTAL OFICIAL DO IPHAN).

Figura 3: Área de Preservação do Centro Histórico de João Pessoa (2004)



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP

Figura 4: Área de Preservação do Centro Histórico de João Pessoa – IPHAN



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP

Podemos identificar no mapa da Área de Preservação do Centro Histórico de João Pessoa – IPHAN (figura 4), que existem áreas distintas que influenciam no seu grau de proteção. A área de proteção rigorosa são aquelas em que os elementos da paisagem construída ou natural comportam bens patrimoniais significativos para a cidade, tanto pelo valor simbólico, quanto por sua importância cultural, artística e paisagística. Já a área de proteção de entorno é designada como circundante ou envoltória, ou seja, margeiam as edificações e bens tombados ficando sujeitos a procedimentos e exigências específicas de acordo com o órgão patrimonial. As áreas de proteção delimitadas, com seus respectivos perímetros, são importantes ferramentas para preservar não apenas edificações isoladamente, mas todo um entorno que faz parte da paisagem urbana e impactam diretamente nos bens tombados.

2.3 Intervenções Físicas e Sociais no Parque da Lagoa

O processo de crescimento urbanístico das capitais brasileiras foi impulsionado pela economia e grandes saltos de desenvolvimentos nas áreas de mobilidade e sanitárias. De acordo com Almeida (2006, p.160), na “[...] cidade de João Pessoa, muitos espaços são criados e reformulados. Dentre eles, uma lagoa situada nas proximidades do seu núcleo urbano, que desde o início do século XIX faz parte dos discursos urbanísticos da capital, recebe, no século XX, atenção especial”. Nas primeiras décadas do século XX, ocorrem dois ciclos de intervenções urbanísticas na cidade de João Pessoa, tendo o Parque da Lagoa um papel central nos traçados urbanísticos.

O primeiro ciclo de reformas é marcado por intervenções pontuais e tem como expoente o Projeto de Melhoramentos e Saneamento da Parahyba do Norte, elaborado por Saturnino de Brito, no qual a Lagoa dos Irerês, assim conhecida devido aos marrecos que lá habitam, é peça central e articuladora do sistema de esgoto. O segundo ciclo tem como norteador o Plano de Remodelação e Extensão da cidade de João Pessoa, elaborado em 1932 por Nestor de Figueiredo, que explicita a ênfase dada à questão viária. Nele, a Lagoa, como ficou conhecido esse espaço ao longo dos anos, também ocupa o lugar de destaque, desempenhando mais uma vez uma forte centralidade na estrutura urbana dessa capital (ALMEIDA, 2006, p.160).

No entendimento de Vidal (2004), o Plano de Nestor de Figueiredo se assemelha a iniciativas de outras capitais em similar período. A exemplo do Plano das Avenidas de Prestes Maia (1930) em São Paulo, o Plano Agache para o Rio de Janeiro (1930), o Plano do próprio Nestor de Figueiredo para o Recife (1932), entre outros.

Em seu governo da Paraíba (1935-1940), Argemiro de Figueiredo ficou conhecido pela produção agrícola e industrialização das lavouras. Além disso, na urbanização da cidade,

segundo Almeida (2006, p.170) executou “o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de João Pessoa [...] A execução dessa parcela do plano promove a integração da área da Lagoa à dinâmica da cidade e à utilização pública, transformando-a de fato em um parque urbano”. Para elaboração da proposta, de acordo com Almeida (2006, p.170), “é convidado pelo prefeito da capital Antônio Pereira Diniz, em 1935, o arquiteto George Munier [...] No Parque Solon de Lucena, Munier valoriza três dos seus elementos – o lago central, as palmeiras imperiais dispostas perifericamente e a avenida circular de contorno”.

O Parque da Lagoa, segundo Silveira (2014, p.70), “foi inaugurado oficialmente no ano de 1939 e em conjunto com duas outras realizações: o Lyceu Paraibano e a Avenida Presidente Getúlio Vargas”. Esse conjunto urbanístico certamente influenciou no fluxo de indivíduos, potencializando a área para o convívio social. Para Paulino (2010, p.07), um ano após inauguração “no governo do prefeito Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, o paisagista Roberto Burle Marx, foi contratado para uma nova fase de intervenções urbanísticas (ver figura 5) no Parque Sólon de Lucena”.

Figura 5: Projeto de Paisagismo Original de Burle Marx



Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

Ainda segundo Paulino (2010, p.08), Burle Marx “elogiou a iniciativa da instalação da Fonte Luminosa e do Cassino [...] pois para ele o Parque Sólon de Lucena merecia especial atenção pela sua situação privilegiada iria “se constituir o ponto de maior atração da cidade”. Porém com o passar das décadas, após mudanças tecnológicas e o crescimento populacional

para os bairros periféricos, o centro da cidade gradativamente teve seu uso modificado. De acordo com Silveira (2014, p.72), “as antigas edificações residenciais existentes no entorno da Lagoa e o parque ‘transmutou-se’ de local de circulação e contemplação para ser apropriado, principalmente, como local de transição para as dinâmicas de circulação, trabalho e consumo”. Essas mudanças foram reconhecidas pelo próprio Burle Marx, após visita ao Parque da Lagoa no relato ilustrado por Paulino (2010):

De fato, como previu Burle Marx, o Parque Sólon de Lucena se tornou o ponto de maior atração, mas não só para lazer, como se esperava de um Parque, se tornou atração também para o comércio. Assim entendemos seu estranhamento ao retornar a João Pessoa, 40 anos depois, quando observou a modificação de seu projeto original. Burle Marx não previu a dinâmica da cidade que seguiu outro caminho, o aumento do tráfego de veículos a partir de 1970 fez com que a Lagoa viesse a se tornar uma rota de tráfego, e isso suscitou as modificações ocorridas (PAULINO, 2010, p.08).

A marcante participação do Parque da Lagoa nos planos de urbanização e fluxo viário surtiram efeitos negativos posteriormente, visto que a quantidade de veículos que circula pelo local aumentou consideravelmente ao longo dos anos. Segundo Paulino (2010, p.08), “A partir de 1975 com o tráfego intenso, começaram a surgir problemas de infra-estrutura e o prefeito Hermano Almeida contratou o escritório de Senas Caldas e Polito para iniciar um projeto de re-urbanização”. Esse projeto, ainda de acordo com Paulino (2010, p.08), “associava-se também o Plano de Transporte de Massa, desenvolvido pelo urbanista Jaime Lerner”.

Buscando manter a conservação do patrimônio público, o Governador Tarcísio de Miranda Burity, através do Decreto 8.653 de 26 de agosto de 1980, efetua o tombamento do Parque da Lagoa, de propriedade da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. As próximas intervenções urbanísticas no objeto de estudo, foram para atender as exigências da população, seja nos aspectos de circulação de pedestres, sanitárias e estéticas, como posteriormente para aspectos relacionados à drenagem e escoamento de águas pluviais.

Só a partir de 1993, no governo do prefeito Francisco Xavier Monteiro da Franca, a Lagoa passou por mais uma re-urbanização para atender as reivindicações da população, que se incomodava com o lixo e com a feiúra causada pelo grande número de ambulantes. [...] Na gestão do prefeito Cícero Lucena, a partir de 1997, realizou-se serviços de reparos na calçada principal, limpeza e dragagem dos esgotos, pois na época das chuvas as águas da Lagoa transbordam e invadem asfalto e as calçadas dos pontos de parada dos ônibus. Os transbordamentos das águas da Lagoa e dos esgotos continuaram, e continuam, a ocorrer no período chuvoso (PAULINO, 2010, p.09).

No ano de 2009, a Secretaria de Planejamento de João Pessoa – SEPLAN realizou uma intervenção no anel interno do Parque da Lagoa através de uma proposta paisagística. Essa proposta contou com um levantamento de toda a vegetação existente, assim como uma averiguação das condições fitossanitárias e fisiológicas das árvores do Parque. Como produto dessa análise a partir do relatório de vistoria técnica nº 995/2009 foi executado um projeto de complementação das árvores (ver figura 6), aonde foram mantidas as existentes e acrescentadas novas mudas que se adequam as condições climáticas locais.

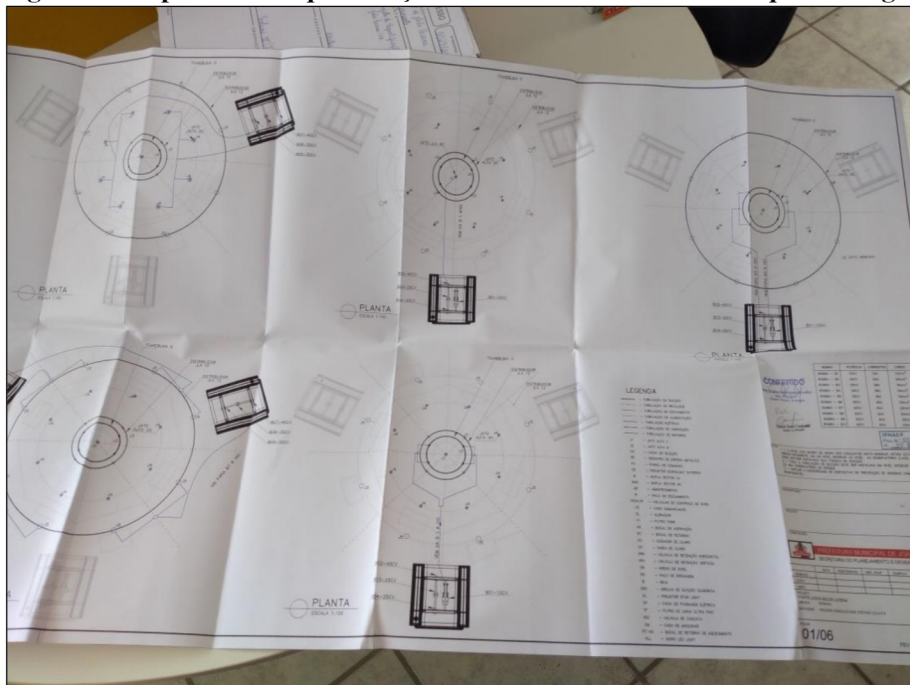
Figura 6: Proposta Paisagística para o Anel Interno do Parque da Lagoa



Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

Complementando a proposta paisagística do anel interno da Lagoa, a Secretaria de Planejamento de João Pessoa iniciou em março de 2010 a proposta de requalificação da fonte luminosa do Parque da Lagoa (ver figura 7). Nessa proposta os componentes que integram a fonte desde 1940 foram substituídos por equipamentos mais modernos e de menor consumo energético. Em contrapartida a edificação será preservada integralmente e as adições não serão perceptíveis na paisagem urbana, pois as bombas utilizadas serão do tipo submersa e as demais estruturas serão flutuantes e pintadas de cores neutras.

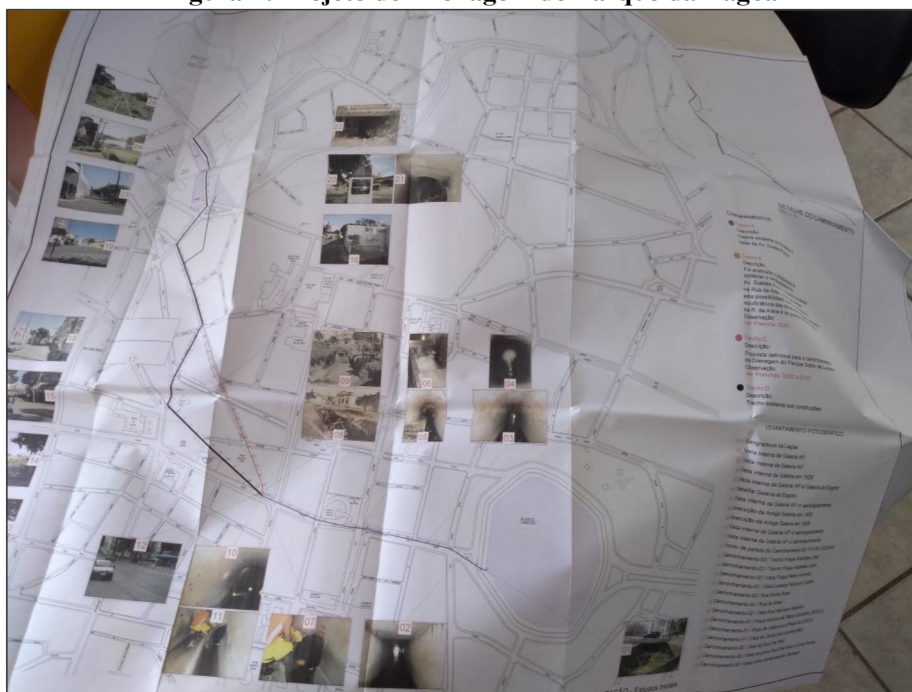
Figura 7: Proposta de Requalificação da Fonte Luminosa do Parque da Lagoa



Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

A próxima intervenção da Secretaria de Planejamento de João Pessoa no Parque da Lagoa ocorreu em junho de 2011 com o projeto de drenagem (ver figura 8), no qual foram definidos os caminhos do escoamento de água da bacia do Parque da Lagoa através das galerias e canais até a bacia da Rua da Areia.

Figura 8: Projeto de Drenagem do Parque da Lagoa



Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

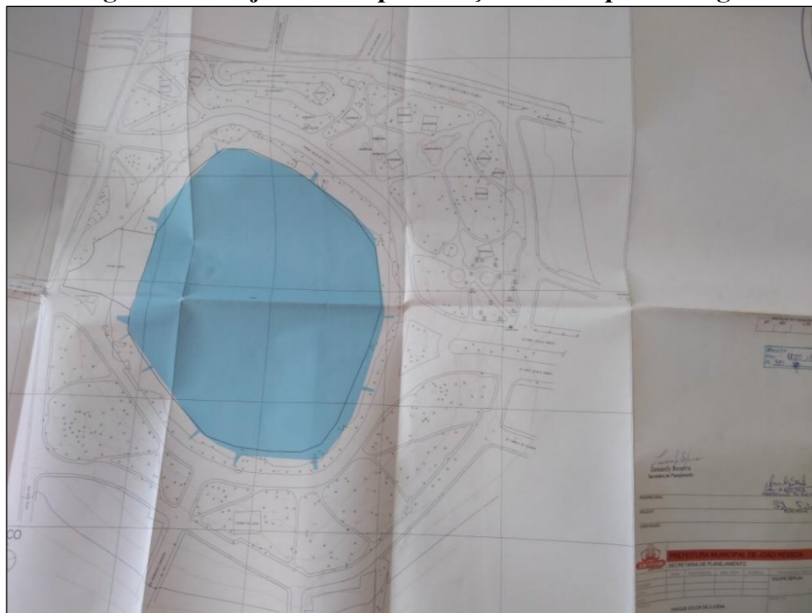
Após as intervenções pontuais realizadas durante as gestões nas últimas duas décadas, o Parque da Lagoa passou por uma requalificação urbana de grande porte no final de 2015 modificando drasticamente o uso do seu espaço físico. A prefeitura municipal de João Pessoa alegou que seria justificada essa requalificação (ver figura 9) visto que as vegetações e os caminhos estavam degradados, o comércio de alimentos e bebidas se apresentava desordenado, o fluxo intenso de ônibus no anel interno impedia a visibilidade da Lagoa e a área verde não era utilizada para permanência e contemplação.

Figura 9: Circulação de Ônibus e Caminhos internos



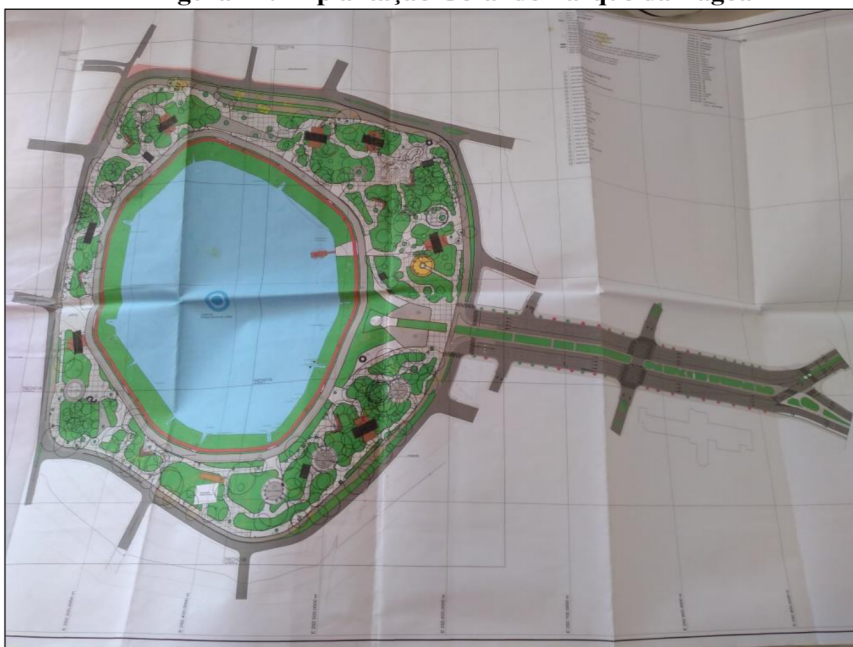
Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

Segundo a prefeitura municipal de João Pessoa através do memorial arquitetônico do projeto de requalificação de 2015, a proposta se enquadra como urbanística e arquitetônica (ver figura 10) tendo como principais objetivos recuperar a vegetação de baixo e médio porte e promover o plantio de novas árvores, reordenar os caminhos internos, proporcionar áreas de lazer criando novos espaços que promovam o esporte e a cultura, criar condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, gerar atrativos que contribuam na permanência do público durante todos os turnos, disciplinar o comércio interno e viabilizar as soluções para o tráfego de veículos no entorno do Parque da Lagoa. Além da manutenção do traçado original do Parque Sólon de Lucena, o projeto urbanístico prioriza a liberação das principais perspectivas de visualização do Parque.

Figura 10: Projeto de Requalificação do Parque da Lagoa

Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

A primeira mudança expressiva ocorreu em de Janeiro de 2016 quando o fluxo de veículos no anel interno do Parque da Lagoa foi interrompido, sendo feito exclusivamente pelo anel externo (ver figura 11). No anel externo foram implantadas plataformas de ônibus e faixa exclusiva que atendem a maior parte das linhas de ônibus da capital. Essas alterações no sistema viário transformaram a forma como pedestres e veículos transitam no centro da cidade de João Pessoa.

Figura 11: Implantação Geral do Parque da Lagoa

Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

Com a alteração da circulação de veículos apenas para o anel externo da Lagoa (via denominada apenas como Parque Solon de Lucena), o espaço interno se tornou um grande bolsão, para convívio e lazer coletivo (ver figura 12). Os Passeios públicos do Parque da Lagoa e do seu entorno imediato, incluindo a Avenida Presidente Getúlio Vargas, foram contemplados com rampas de acessibilidade, faixas de pedestre e faixa exclusiva de ônibus. O Parque da Lagoa contribuiu para a consolidação do espaço central como uma área de apelo turístico e ponto de encontro e lazer para as famílias de João Pessoa. Após essa requalificação o parque passou a ser denominado de “Parque da Lagoa Solon de Lucena”, informação oficializada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa em seus portais de comunicação oficiais.

Figura 12: Perspectiva Geral do Parque da Lagoa (Maquete 3D)



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP

As transformações físicas e sociais no Parque da Lagoa após a requalificação influenciaram diretamente no uso do espaço interno do parque como também no tráfego de veículos no seu entorno. Na área de mobilidade urbana, a concentração das linhas de ônibus nas duas plataformas de embarque e desembarque foi uma modificação que posteriormente foi melhor investigada pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana – SEMOB. No ano de 2017 a SEMOB elaborou uma proposta de ampliação das plataformas de transporte coletivo no Parque da Lagoa. Na proposta seria implantada uma nova área de embarque e desembarque, equipadas de abrigos de ônibus possibilitando uma melhoria na prestação dos serviços de transporte público e na melhoria da qualidade de vida dos usuários. Apesar da proposta de ampliação apresentar melhorias nas plataformas de transporte coletivo e provocar

mínimos impactos na vegetação e paisagem urbana da área, ainda não foi executada pelos órgãos competentes mesmo tendo sido aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

Figura 13: Ampliação das Plataformas de Transporte Público



Fonte: Acervo do IPHAEP **Adaptação:** Cássio Vinicius, 2021.

2.4 Situação Atual

Nesse tópico iremos ilustrar a situação atual do Parque da Lagoa, através dos registros fotográficos e informações obtidas na visita técnica realizada em janeiro de 2021. A Avenida Beira Rio (nomenclatura popularmente utilizada) principal via de acesso ao Parque da Lagoa, também passou por uma recente requalificação aonde foram acrescentadas ciclovias e calçadas padronizadas dotadas de acessibilidade. Dessa forma foi possível realizar a ligação da Orla Marítima do Cabo Branco com o Parque da Lagoa através da malha cicloviária, tornando-se uma rota de passeio ciclístico e estreitando as barreiras de lazer público. Essa ligação entre “Lagoa” e “Mar” ocorre em quatro segmentos, pois a Av. Beira Rio possui nomenclaturas oficiais distintas a depender do trecho. Nas proximidades da Orla de João Pessoa recebe oficialmente o nome de Av. Monsenhor Odilon Coutinho, durante quase toda sua extensão é oficialmente chamada de Av. Ministro José Américo de Almeida, no trecho seguinte é

oficialmente denominada de Av. Duarte da Silveira e no trecho final próximo ao Parque da Lagoa é oficialmente denominada com Av. Presidente Getúlio Vargas. Por fazer parte do entorno imediato do Parque da Lagoa, a Avenida Presidente Getúlio Vargas agrega uma maior relevância na pesquisa. Nessa Avenida além da ciclofaixa bidirecional que chega ao encontro do Parque também se inicia uma faixa exclusiva de ônibus que em sequencia contorna todo o anel de circulação externo (ver figura 14).

Figura 14: Chegada da Ciclofaixa da Av. Getúlio Vargas



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Inicialmente ao acessar o Parque da Lagoa, a partir da Av. Presidente Getúlio Vargas, nos deparamos com um amplo vão de circulação aonde são realizados eventos culturais e de saúde de menor porte pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (ver figura 15). Através desse vão livre podemos ter uma visão inicial da amplitude de Parque da Lagoa sobre a perspectiva do observador. Os elementos como iluminação e o traçado geral do Parque já podem ser identificados de forma prévia.

Figura 15: Visão Geral do Parque da Lagoa



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Os caminhos de passeio livre de pedestre são de piso intertravado (blocos de concreto que travam entre si através de encaixe), um material de fácil manutenção e que contribui na absorção de água para o solo devido a sua aplicação apenas por encaixe sobre a areia (ver figura 16). O passeio livre de pedestre também é otimizado pelos canteiros e bolsões verdes que trazem vegetações e arbustos contribuindo para o sombreamento e na paisagem do espaço. Além das palmeiras e as demais árvores de grande porte nas áreas verdes também existem plantas ornamentais e os gramados verdes.

Figura 16: Caminhos de Circulação de Pedestre e Paisagismo nos Canteiros



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

As áreas verdes com vegetação e os caminhos de passeio livre de pedestre são os elementos mais frequentes, porém o Parque da Lagoa também possui obras de arte como bustos e esculturas. O primeiro busto encontrado foi de uma homenagem ao centenário de Severino de Albuquerque Lucena (ver figura 17), filho de Solon Barbosa de Lucena (político paraibano que deu origem ao nome do Parque da Lagoa Solon de Lucena).

Figura 17: Busto de Severino de Albuquerque Lucena



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O espaço interno do Parque da Lagoa também possui áreas destinadas a diversas faixas etárias, a exemplo da praça da criança que possui uma área de bancos sombreados e equipamentos como balanço e gangorras (ver figura 18). Os equipamentos infantis são de ferro e madeira (materiais duráveis) e demonstram estar em boas condições apesar de pequenas avarias ocasionadas pelas intempéries e pelo uso constante.

Figura 18: Praça da Criança (Equipamentos de Lazer)



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Os antigos bares e quiosques que funcionavam antes da requalificação foram substituídos por estabelecimentos comerciais dotados de estrutura adequada seguindo um padrão modulado ao longo todo a Parque da Lagoa. Cada bloco modulado é composto por dois estabelecimentos semelhantes um em frente ao outro (ver figura 19). A vegetação em volta torna o espaço agradável com ventilação e sombreamento proporcionada pelas copas das árvores de grande porte.

Figura 19: Estabelecimentos Comerciais na Área Interna da Lagoa



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Além dos estabelecimentos comerciais o Parque da Lagoa também possui uma edificação que serve de apoio para a guarda municipal (ver figura 20). A guarda municipal é responsável por realizar a segurança dentro do Parque da Lagoa, assim como receber as ocorrências de furtos e violência que ocorrem nas proximidades, por exemplo, nas plataformas de transporte público que margeiam o Parque da lagoa.

Figura 20: Edificação de Apoio da Guarda Municipal



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O Parque da Lagoa também possui edificações padronizadas com baterias de sanitários inseridas em locais estratégicos próximos aos estabelecimentos comerciais (ver figura 21). Os sanitários são divididos em masculino, feminino e para portadores de necessidades especiais. São livres para todos os frequentadores do Parque da Lagoa, além de serem constantemente limpos e higienizados.

Figura 21: Edificação com Banheiros Públicos



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Seguindo a linha das áreas de lazer dentro do Parque da Lagoa, também existem equipamentos para esportes radicais como a parede de escalada (ver figura 22). A parede de escalada apesar de estar aberta ao público deve ser usada com os devidos equipamentos de proteção para evitar possíveis acidentes, embora a parede existente não possua altura elevada e fica implantada em uma área com areia na base.

Figura 22: Paredão de Escalada



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Ainda referente aos equipamentos para esportes radicais o Parque da Lagoa também apresenta um parque radical com pista de skate completa (ver figura 23). A pista de skate reúne muitos jovens, além de ter sediado competições esportivas relativas a esportes radicais no âmbito estadual e regional. Com relação à construção, a pista possui corrimões de ferro ao redor e o piso em concreto sobreposto sobre malhas de aço que funcionam para conter as dilatações térmicas e acomodar o concreto.

Figura 23: Parque Radical (Pista de Skate)



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

No contorno do Parque da Lagoa estão instaladas as plataformas de transporte público de embarque e desembarque (ver figura 24). Essas plataformas recebem a maior parte dos ônibus de João Pessoa que são distribuídos através dos abrigos de ônibus que apresentam uma numeração específica. Apesar de existirem vários abrigos de ônibus ao longo das plataformas, essa área possui poucas árvores e torna-se quente durante o dia ensolarado.

Figura 24: Plataformas de Transporte Público



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Próximo às plataformas de transporte público existe um bicicletário que serve de apoio para os usuários que chegam ao Parque da Lagoa (ver figura 25). Os bicicletários atendem tanto os ciclistas que chegam da ciclofaixa da Avenida Presidente Getúlio Vargas para contemplar e praticar exercícios no Parque da Lagoa como também os ciclistas que chegam ao Parque e posteriormente utilizam o transporte público para continuar o seu trajeto.

Figura 25: Bicicletário



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Os ciclistas que acessam o Parque da Lagoa podem ainda utilizar a ciclovia localizada o anel interno (ver figura 26) nas proximidades da Lagoa (espelho d'água) para realizar a prática de exercícios físicos. A ciclovia interna é bidirecional e recebeu a mesma sinalização que uma ciclovia externa, com linhas de eixo e símbolos adequados. O percurso da ciclovia interna possui uma extensão de aproximadamente 860 metros, sendo segregada em boa parte por áreas verdes e áreas contemplativas.

Figura 26: Ciclovia no Espaço Interno do Parque da Lagoa



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

A área contemplativa que traz a maior proximidade com fonte luminosa da lagoa é o píer de madeira que se sobrepõe as águas da lagoa (ver figura 27). O píer é composto basicamente por um deck de tábuas de madeira e um guarda corpo de estrutura metálica. No momento da visita técnica o píer estava isolado, não permitindo o acesso de pessoas sobre a sua base de madeira.

Figura 27: Pier com Deck de Madeira



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O mobiliário urbano de uma forma geral é simples e funcional, existem bancos elaborados ao longo das praças internas que se moldam aos ambientes, porém os bancos padrões que são distribuídos nos caminhos de passeio público são de concreto e recebem um revestimento de pedra na parte inferior (ver figura 28). As lixeiras também são simples e similares às utilizadas nos passeios públicos da cidade.

Figura 28: Bancos de Concreto e Lixeira



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O mobiliário urbano que recebeu uma maior atenção foram os bebedouros, pois além do design mais elaborado preocupando-se com as alturas de adultos e crianças também possuem um revestimento de pedra similar ao granito (ver figura 29). Entretanto eles não estavam funcionando, pois faltavam os registros e tinham a saída de água obstruída tornando-se assim meros elementos estéticos no Parque da Lagoa.

Figura 29: Bebedouros Inutilizados



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Além dos ambientes contemplativos, de esportes radicais e infantis, o Parque da Lagoa também possui uma área voltada para ginástica ao ar livre (ver figura 30). A academia ao ar livre é frequentada principalmente por idosos que preferem se exercitar em espaços abertos. Os equipamentos são de ferro e necessitam de constante manutenção para evitar a corrosão provocada pelas intempéries.

Figura 30: Academia de Ginástica ao Ar Livre



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

As áreas infantis são bem generosas no Parque da Lagoa, além da praça da criança citada anteriormente nesse tópico também existem outras áreas de lazer para as crianças inseridas por toda a circunferência do Parque. O parque infantil de madeira possui boa estrutura amadeirada e espaços sombreados para entreter as crianças que frequentam o Parque da Lagoa (ver figura 31).

Figura 31: Parque Infantil em Madeira



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

As obras de arte também se destacam no Parque da Lagoa, assim como o busto (citado anteriormente) encontramos monumentos e esculturas inseridas em pontos estratégicos de passeio público. O monumento “a pedra do reino” foi realizada no atelier Miguel dos Santos e sofreu influência do médico e visionário Dr. Manoel Jaime Xavier Filho e homenageou o escritor Ariano Suassuna (ver figura 32). O monumento foi inaugurado em outubro de 2009 na gestão do prefeito Ricardo Coutinho.

Figura 32: Monumento “A Pedra do Reino”



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O Parque da Lagoa também possui outro monumento que se destaca pela criatividade recebendo a denominação de janela do tempo (ver figura 33). Trata-se de uma moldura de concreto na qual os visitantes do parque podem eternizar suas memórias através de um registro visual. O enquadramento desse monumento possui como plano de fundo uma visão das águas da lagoa e da fonte luminosa com todas suas áreas verdes na paisagem urbana.

Figura 33: A Janela do Tempo



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O parque da lagoa dispõe de estabelecimentos comerciais para lanches e refeições rápidas, porém a edificação de maior imponência para realizar refeições é o restaurante Cassino da Lagoa (ver figura 34). O Cassino da Lagoa é um dos restaurantes mais tradicionais do centro de João Pessoa, aonde a alta sociedade pessoense se reunia para dialogar e para confraternizar usufruindo de uma bela vista do Parque da Lagoa. O restaurante perdeu um pouco da expressividade nos últimos anos, principalmente pela ausência de estacionamento e pelos preços elevados pelo serviço que fornece.

Figura 34: Restaurante Cassino da Lagoa



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Por fim, remetendo as obras de arte do Parque da Lagoa temos o monumento de inauguração do Parque da Lagoa em junho de 2016 (ver figura 35). A inauguração foi realizada no mandado do prefeito Luciano Cartaxo Pires de Sá e seu vice Nonato Bandeira, contando com recursos do ministério das cidades. A requalificação do Parque da Lagoa de 2016 foi a maior intervenção que o local passou desde a sua inauguração em 1939 e contribuiu drasticamente para a mudança da paisagem urbana do centro de João Pessoa.

Figura 35: Monumento de Inauguração do Parque da Lagoa (2016)



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

**3 *CAPÍTULO – DIÁLOGOS, ANÁLISE E
REFLEXÕES***

3 DIÁLOGOS, ANÁLISE E REFLEXÕES

3.1 Diálogos Investigativos

Através de entrevistas não estruturadas junto aos comerciantes, que tiveram seus estabelecimentos reestruturados, averiguamos os pontos de vista sobre a requalificação de 2016 do Parque da Lagoa. As entrevistas foram realizadas com oito comerciantes, sem necessidade de identificação ou roteiro prévio, pois queríamos que eles ficassem a vontade e relatassem essencialmente os pontos positivos e negativos após as modificações no seu estabelecimento. Com isso, iremos listar a seguir os pontos que foram contemplados nos diálogos investigativos.

Com relação aos pontos positivos podemos interpretar que a ausência de bebida alcoólica proporcionou um ambiente familiar, pois anteriormente os quiosques eram frequentados por clientes que possuíam motivações referentes ao consumo de álcool. A implantação do apoio da guarda municipal contribuiu para melhoria da segurança, apesar de persistirem a ocorrência de delitos no parque. A reformulação da estrutura e layout dos estabelecimentos comerciais e de todo o Parque da Lagoa proporcionou melhorias no uso do espaço, passeios públicos ordenados, melhoria na iluminação e áreas verdes bem cuidadas.

Ainda sobre os pontos positivos podemos ponderar que os banheiros públicos foram um grande avanço, pois além de melhores condições de higiene não é cobrado valores para utilizá-los, anteriormente eram cobradas taxas de uso pelos estabelecimentos. O fato do ambiente está mais familiar alguns estabelecimentos relataram melhorias nas vendas e no número de visitantes, porém esse fato não foi um consenso. A circulação de veículos no entorno, após as modificações de mobilidade, foi um ponto positivo para alguns comerciantes.

Tabela 1: Pontos Positivos listados pelos comerciantes

Pontos positivos:
1) Ausência de bebida alcóolica;
2) Melhoria na segurança pública;
3) Otimização na estrutura e layout do estabelecimento;
4) Estrutura do Parque como um todo está superior;
5) Ambiente mais familiar;
6) Sanitários sem custos para o público;
7) Melhoria nas vendas;
8) Melhor circulação de veículos no entorno;
9) Aumento do número de visitantes ao Parque;
10) Passeios públicos mais organizados;
11) Otimização da Iluminação Pública.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Referente aos pontos negativos, alguns comerciantes relataram a diminuição do número de clientes, principalmente atrelada à ausência de venda de bebidas alcoólicas e redução do horário de funcionamento. A ausência de áreas de estacionamento margeando o Parque da Lagoa foi um ponto negativo relatado por todos os comerciantes, anteriormente existiam bolsões de estacionamento que foram retirados na requalificação de 2016. A disposição dos estabelecimentos comerciais também foi negativamente destacada por um comerciante, pois cada edificação contempla dois estabelecimentos que ficam um de frente para o outro (espelhados) compartilhando as mesas e cadeiras da área. A localização de alguns estabelecimentos sofreram alterações para melhor adequação das praças internas e áreas verdes, dessa forma, foram relocados em áreas mais distantes do fluxo intenso de pedestres.

Tabela 2: Pontos Negativos listados pelos comerciantes

Pontos Negativos:
1) Redução do número de clientes;
2) Redução no horário de funcionamento;
3) Ausência de bebida alcoólica;
4) Ausência de áreas de estacionamento;
5) Disputa entre comerciantes (frente com frente);
6) Localização de alguns estabelecimentos está pior.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Analisando os diálogos de forma geral constatou-se que os pontos positivos superaram os aspectos negativos listados pelos comerciantes. A modificação das situações que motivavam os clientes a utilizarem os comércios parece ser a maior divergência antes e depois da requalificação, anteriormente devido ao consumo de bebidas alcoólicas e posteriormente passeio com a família. São inegáveis as melhorias nas questões estruturais e sanitárias nos estabelecimentos, porém elas não vieram acompanhadas de aumento no lucro para os comerciantes. A escassez de áreas de estacionamento próximas e a localização de algumas edificações mereciam ser mais bem ponderadas durante o planejamento da proposta de requalificação.

O Parque da Lagoa foi contemplado com novos usos, áreas contemplativas, parques infantis, áreas para esportes radicais, praças internas dotadas de áreas verdes, passeios públicos ordenados e acessíveis, iluminação pública de qualidade e mobiliário urbano adequado, em contrapartida deixou lacunas nas áreas de mobilidade urbana que poderão ser solucionadas no futuro. Dessa forma, seria negligência falar negativamente da requalificação quando avaliamos todas as melhorias que foram implantadas.

3.2 Análise e Reflexões

Na busca por informações sobre Parque da Lagoa nas instituições memoriais ficou evidente o que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP é quem zela e administra o parque. O IPHAN possui um tombamento no perímetro que inclui o Parque da Lagoa e certamente exige participação nas etapas de aprovação das modificações e realiza exigências mais severas que o IPHAEP, porém se abstém quando buscamos informações e documentações específicas. Durante as coletas de informações, os funcionários que atuam nos arquivos das instituições memoriais demonstraram que são os verdadeiros detentores do conhecimento, aonde através de suas memórias contribuíram para unir as lacunas que surgiram nas buscas documentais.

Quando se busca realizar intervenções nas áreas ou edificações tombadas, no intuito de revitalizar o espaço, os órgãos patrimoniais oferecem uma resistência demasiada, porém para conservar e preservar um bem não ocorre o devido esforço, com isso, o tempo se encarrega de desintegrar aos poucos a memória. As instituições de memória averiguadas parecem preocupar-se mais com questões burocráticas e administrativas do que realizar ações práticas e efetivas para revitalização de espaços públicos tombados.

Após a inauguração oficial do Parque da Lagoa em 1939, houve uma grande intervenção paisagística de Roberto Burle Marx que consolidou os traçados e áreas verdes do objeto de estudo. Porém após essa intervenção paisagística inicial, todas as subseqüentes foram reformas ou melhorias do espaço existente, possuindo até um caráter de manutenção para o uso frequente de pedestres. Entretanto, o projeto de drenagem de 2011 apesar de ser uma intervenção primordialmente funcional, buscou resolver o problema de alagamento recorrente no Parque da Lagoa, que culminava na degradação da paisagem e na obstrução do fluxo de pedestres e veículos.

A última requalificação do Parque da Lagoa que se iniciou em 2015 e foi concluída em 2016, certamente foi a maior intervenção realizada no local desde a sua inauguração. O que a define como requalificação é o fato de conseguir atribuir novos usos para um espaço existente e já consolidado. A requalificação não apenas originou novos usos, mas também ressaltou os potenciais previamente existente no parque a exemplo dos espaços de contemplação, os caminhos de passagem, as áreas verdes e de descanso. Os novos usos se relacionam principalmente com a prática de atividades físicas, parques infantis e áreas para esportes radicais. Esses atrativos adicionais contribuíram para a crescente frequência de famílias visitando o Parque da Lagoa.

A visita técnica realizada pelos pesquisadores em janeiro de 2021, cerca de quatro anos e sete meses após a inauguração, foi fundamental para averiguar as condições atuais dos equipamentos e áreas de lazer pertencentes ao Parque da Lagoa. Certamente que nos primeiros meses de atividade o Parque da Lagoa estava sendo excessivamente cuidado seja nos aspectos de limpeza, manutenção ou segurança. Atualmente, conforme ilustrado no capítulo anterior, as condições do parque ainda permanecem favoráveis e estão sendo realizados os cuidados rotineiros de limpeza e pequenos reparos. Porém a segurança foi reduzida, pois anteriormente eram realizadas rondas rotineiras da polícia militar e da guarda municipal, restando apenas uma edificação que funciona como apoio da guarda municipal.

Partindo para uma abordagem visual através da paisagem urbana, o Parque da Lagoa seguramente avançou nos aspectos paisagísticos. Anteriormente, o parque era constituído de espaços insalubres, com odores desagradáveis tanto dos estabelecimentos como da própria lagoa e com caminhos com pisos degradados e desalinhados. Os passeios públicos atuais são espaçosos e dotados de acessibilidade, retilíneos e uniformes com pisos padronizados. A vegetação sofreu algumas perdas através da retirada de alguns exemplares de grande porte que apresentavam sinais de patologias ou incompatibilidade com as faixas de circulação, entretanto essas perdas foram compensadas com a inserção de árvores jovens e inúmeras novas mudas.

A grande lacuna que persistiu após a requalificação do Parque da Lagoa foi referente à mobilidade urbana. Observamos através dos diálogos investigativos, que os comerciantes insistiram na ausência de áreas de estacionamento como prejuízo para seus estabelecimentos. Os antigos bolsões de estacionamento que foram retirados na requalificação não seriam suficientes para suprir a demanda e destoariam da proposta de retirada de veículos no espaço interno do Parque da Lagoa. Um exemplo dessa visão de retirada de veículos foi a eliminação do anel interno do parque que anteriormente era utilizada como faixas de circulação de veículos. Algumas medidas para suprir a ausência de vagas de estacionamento foram tomadas recentemente como a implantação de vagas de zona azul que margeiam o parque.

Ainda referente à mobilidade urbana, as plataformas de transporte público que foram inseridas no anel externo do Parque da Lagoa, demonstram não suportar o grande fluxo de ônibus e passageiros que utilizam o espaço. A SEMOB realizou uma proposta de ampliação e melhoria das plataformas no ano de 2017, porém apesar de ser aprovada pelos órgãos competentes a proposta ainda não foi executada. Dessa forma, apesar do Parque da Lagoa instigar melhorias nas mais diversas áreas, o caminho inicial que ressaltamos é a mobilidade.

Partindo para a adoção de uma perspectiva predominantemente social acerca dos fenômenos informacionais e memorialísticos que circundam o Parque da Lagoa, as possibilidades seriam infinitas, não apenas pela grande dimensão do parque e seus diferentes usos, mas também pela variedade de faixas etárias que frequentam o espaço. Se apropriando do conceito de heterotopia de Foucault (2013), seria necessário compreender os recortes singulares ao longo do tempo, assim como os sistemas de aberturas e fechamentos que isolam as heterotopias em relação ao espaço circundante. Tratar das percepções de cada indivíduo sobre o Parque da Lagoa não parece ser um caminho objetivo, dessa forma, afunilar para a percepção dos comerciantes dos estabelecimentos internos que presenciaram diariamente as intervenções foi uma forma de obter algumas respostas. As intervenções registradas através dos documentos nos órgãos de patrimônio cultural auxiliaram ainda na fomentação da memória social, pois serão perpetuados para as futuras gerações, possuindo um alcance maior que a memória coletiva de um recorte singular de tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fase inicial da pesquisa foram descritas as características e a localização do Parque da Lagoa de forma introdutória com o intuito de gerar familiaridade com o objeto de estudo. Ainda nessa fase discorremos sobre os espaços de uso público e o papel do indivíduo enquanto construtor, portador, disseminador e consumidor de memória. A escolha do Parque da Lagoa para identificar as potencialidades informacionais decorrentes das intervenções físicas e sociais foi motivada porque se trata de um lugar público bastante conhecido pela população, sendo um dos principais cartões postais da cidade de João Pessoa.

A abordagem utilizada na pesquisa foi predominantemente qualitativa, pois se buscou identificar as intervenções com intuito de atribuir significados. Com relação aos objetivos tratou-se de uma pesquisa descritiva, visando descrever características de um fenômeno e buscando identificar a associação entre as variáveis. Já com relação aos procedimentos metodológicos foram adotadas as pesquisas bibliográficas, documentais e de campo e análise dos dados.

A pesquisa bibliográfica auxiliou em grande parte na construção dos referenciais teóricos, que caminharam inicialmente por reflexões sobre a Ciência da Informação e memória, em sequência sobre as temáticas memória, sociedade e patrimônio e posteriormente sobre a tríade memória e lugar. A relação entre lugar e memória na perspectiva da tríade metáforas do lugar, estruturas do lugar e espírito do lugar foram essenciais para atender ao

segundo objetivo específico da pesquisa que buscava identificar os diferentes de tipos de memória através da relação intrínseca com o lugar que as origina.

Após as referências bibliográficas a pesquisa foi redirecionada fortemente para o Parque da Lagoa tendo como primeira abordagem a definição das instituições memoriais que serviriam para nortear as pesquisas documentais. Dentre as instituições listadas foram destacadas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, o Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Através da documentação obtida na pesquisa bibliográfica foi possível identificar as modificações que ocorreram no perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa desde a sua criação pelo IPHAEP.

O tópico subsequente que traz as intervenções físicas e sociais no Parque da Lagoa contemplou o primeiro objetivo específico da pesquisa que tratava de descrever as intervenções ocorridas no Parque da Lagoa Solon de Lucena considerando seus impactos nas narrativas memorialísticas e patrimoniais. As intervenções foram descritas com auxílio da bibliografia adquirida na pesquisa bibliográfica, além dos documentos visuais reunidos na pesquisa documental nas instituições de memória da Paraíba. Já o terceiro objetivo específico que buscava refletir acerca das influências trazidas pelas transformações do espaço físico foi contemplado através do tópico dos diálogos investigativos sobre a perspectiva dos comerciantes que trabalham no Parque da Lagoa, assim como no último capítulo sobre o Parque da Lagoa que traz uma análise e reflexões sobre as intervenções na ótica dos autores da pesquisa. Dessa forma entendemos que os objetivos específicos e consequentemente o objetivo geral da pesquisa foram atendidos.

As intervenções ocasionaram alterações significativas na percepção dos usuários no Parque da Lagoa, seja pelos aspectos materiais ou pelo caráter simbólico que a nova paisagem e traçados urbanos representam. Os usos inseridos e adequação dos ambientes pré-existentes refletiram em um ambiente com maior apelo familiar. Com isso, as motivações para visitar o espaço passaram a ser, na maioria dos casos, para passeios em família, práticas esportivas e contemplar a natureza. Conforme averiguado com os comerciantes, o público que utilizava o espaço com intuito de consumir bebidas alcoólicas sentiu-se prejudicado com as novas medidas de funcionamento do Parque da Lagoa. Dessa forma, podemos concluir que as memórias que estão sendo produzidas no parque após as intervenções foram modificadas, uma vez que o espaço passou por alterações significativas advindas dos novos usos atribuídos pela sociedade.

O Parque da Lagoa é um objeto de estudo fascinante, repleto de memórias e histórias oriundas das mais diversas fontes. O fato de restringirmos a pesquisa às intervenções realizadas foi norteado pelos caminhos que queríamos traçar. Essa escolha das transformações físicas e sociais do objeto de estudo foi pertinente ao trabalho, porém poderiam ser adotados novos rumos de acordo com o interesse e conhecimentos prévios dos pesquisadores. Diante disto, acreditamos que esta etapa foi concluída, porém deixaremos em aberto às possibilidades que o Parque da Lagoa pode proporcionar para as futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. Confissões. In: **Os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.
- ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889-1940):** Formas, Usos e nomes. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- ARAUJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação** (Online), Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informações e memória: as relações na pesquisa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p.1-19, jul./dez. 2007.
- BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. Escavando e recordando. In: _____ **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, volume II).
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BOSI, Alfredo. Considerações sobre tempo e informação. **Redemoinhos**, São Paulo, 30 jul. 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar y salir de La modernidad: Argentina, Grijaldo, 1990.
- _____. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1998.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DODEBEI, Vera Doyle. **Memória e Patrimônio:** perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. Aurora, v.10, p 36 - 38, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, As Heterotopias.** Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho coletivo. In: **Informação, patrimônio e Memória:** diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo, Perspectiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONZALEZ de GOMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n.1, p. 31-44, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto nº 5.225**, de 31 de março de 1971. Diário Oficial do Estado da Paraíba de 01 de abril de 1971.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto nº 8.653**, de 26 de agosto de 1980. Diário Oficial do Estado da Paraíba de 5 de setembro de 1980.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto nº 9.484**, de 13 de maio de 1982. Diário Oficial do Estado da Paraíba de 14 de maio de 1982.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto nº 25.138**, de 28 de junho de 2004. Diário Oficial do Estado da Paraíba de 29 de junho de 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Perfil Oficial do IPHAN.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em: 06 de jan. de 2021.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

- GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. Ed. Brasília, DF: IBICT, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice, 1990.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida das grandes Cidades**. São Paulo. 1º ed. abril de 2000.
- LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luiz. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes:1997.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História: História e Cultura**. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, v.10, jul./dez., 1993.
- PACHECO, L. M. S. A informação enquanto artefato. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1995.
- PAIM, I. et al. Interdisciplinaridade na Ciência da Informação: início de um diálogo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2001.
- PARENTE, André. Pensar em rede: do livro às redes de comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.23, n.1, p.167-174, 2000.
- PAULINO, Maria da Conceição Pereira. **História e Urbanização: Liminalidades no Parque Sólón de Lucena, João Pessoa/PB**. ENANPARQ, Cidades, culturas contemporâneas e urbanidades. Rio de Janeiro, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, p 49-57, 1999.
- PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 12, n.25, p. 132-163, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, jan./jun., 1989.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Lei Ordinária Nº 8465 de 30 de dezembro de 1997**. Semanário Oficial de 24 à 31 de Dezembro de 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Perfil do Município de João Pessoa**. Secretaria de Planejamento de João Pessoa - SEPLAN, 2004. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/>. Acessado em: 01 de ago. de 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Parque da Lagoa**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/parquedalagoa/> Acessado em 01 de ago. de 2018.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus: SSRR Informações, 2003.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVEIRA, Carlos Fernando Albuquerque da. **O verde e a cidade: parques urbanos municipais em João Pessoa/PB**. 2014. 264 p. Dissertação (Mestrado) – João Pessoa, UFPB/CT, 2014.

VIDAL, Wylinna Carlos Lima. **Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: Curso de Pós-Graduação em Engenharia Urbana/CT/UFPB, 2004.